2014

DIAGNÓSTICO SOCIAL

Rede Social

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 4

1. CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 5
   1.1 história do concelho 5
   1.2 enquadramento geográfico 7
   1.3 demografia e população 11
   1.4 enquadramento económico 21

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL 27
   2.1 emprego, formação e empreendedorismo 27
   2.2 desenvolvimento local e territorial 41
   2.3 dependências 54
   2.4 população sénior 58
   2.5 doença mental 59
   2.6 dinâmicas sócio- familiares 63
   2.7 apoio social 72
   2.8 juventude 78
   2.9 rede social 85

3. Conclusão 87

4. Bibliografia 88

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Caraterização do território EDV
Quadro 2	População residente na região EDV
Quadro 3	População residente p/ grupo etário
Quadro 4	Distribuição da população residente por freguesia
Quadro 5	Índice de envelhecimento 2001-2011
Quadro 6	População residente segundo o nível de escolaridade
Quadro 7	Taxa de abandono escolar 2011
Quadro 8	Taxa de analfabetismo, por sexo, 2011
Quadro 9	Taxa de retenção e desistência escolar, 2011
Quadro 10	Àrea de estudo dos alunos admitidos ao ensino superior
Quadro 11	Distribuição dos alunos por freguesia
Quadro 12	Distribuição dos trabalhadores, por setor de atividade
Quadro 13	Caraterização dos empregos na industria transformadora
Quadro 14	População empregada, por sexo, 2001-2011
Quadro 15	Problemáticas
Quadro 16	Caraterização dos utentes inscritos no CEFP de Entre Douro e Vouga
Quadro 17	Evolução do n.º de inscritos
Quadro 18	Taxa de desemprego – Maio 2014
Quadro 19	Caraterização da evolução do n.º de inscritos
Quadro 20	Inscritos no CEFP, por freguesia de residência
Quadro 21 A/B	Candidatos integrados em programas do IEFP
Quadro 22	Áreas de formação dos cursos EFA
Quadro 23	Áreas de formação das UFCD´s, realizadas em Arouca
Quadro 24	Saldo Migratório do EDV
Quadro 25	Taxa bruta de natalidade
Quadro 26	N.º de nados vivos, por freguesia de residência da mãe
Quadro 27	Escolas EB1 – concelho de Arouca
Quadro 28	Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino
Quadro 29	N.º utentes em tratamento no CRI Porto Central
Quadro 30	Utentes em tratamento, CRI Porto – Central, residentes em Arouca
Quadro 31	Tipologia das famílias beneficiárias de RSI
Quadro 32	Valor médio das pensões
Quadro 33	Valor médio mensal, por beneficiário, sexo e subsidio
Quadro 34	N.º de beneficiários por subsidio de doença
Quadro 35	Salário médio na região EDV
Quadro 36	Caraterização dos apoios sociais- serviço ação social CMA
Quadro 37	Caraterização da habitação social
Quadro 38	N.º de processos – CPCJ
Quadro 39	Taxa de insucesso escolar
Quadro 40	Projetos de promoção do sucesso escolar
Quadro 41	Caraterização das vitimas de violência domestica, por sexo e escalão etário
Quadro 42	Taxa de cobertura dos equipamentos sociais
Quadro 43	Instituições de apoio à infância e juventude
Quadro 44	Instituições de apoio à população adulta
Quadro 45	Instituições de apoio à população adulta portadora de deficiência
Quadro 46	Caraterização do apoio da Cruz Vermelha

Quadro 47 Entidades interlocutoras do banco alimentar
Quadro 48 Apoios – estaleiro social
Quadro 49 Plano atividades da biblioteca
Quadro 50 Equipamentos desportivos, por freguesia
Quadro 51 Plano de atividades – serviços de desporto
Quadro 52 Alunos matriculados e retidos por insucesso
Quadro 53 Alunos em situação de abandono escolar
Quadro 54 N.º alunos em abandono escolar nos CEF´s, por idade

Introdução

Este documento surge no âmbito do programa Rede Social, sendo estruturante no desenvolvimento social, sobretudo no que respeita ao trabalho partilhado de planeamento e no envolvimento de todos os agentes. A rede social, é um programa complexo que envolve parcerias e se operacionaliza com a elaboração de documentos de diagnóstico e planeamento participados, dinâmicos e atualizáveis, procurando com estes, traçar um retrato tão real e aprofundado quanto possível do território, sendo a base para se desenhar intervenções sociais ajustadas.

O diagnóstico social, surge assim como um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros. Permite o conhecimento e compreensão da realidade social, através da identificação das necessidades, da priorização dos problemas, da perceção das suas causas, recursos, potencialidades e constrangimentos.

A rede social concelhia já realizou dois diagnósticos sociais que se concretizaram em documentos de planeamento e operacionalização de planos de desenvolvimento social e planos de ação. Esta atualização dos documentos permite, entre outras coisas, acompanharmos a mutação social, sobretudo em termos de mudança de realidade e problemáticas.
A colaboração dos diferentes parceiros/ interlocutores locais privilegiados foi e é fundamental na identificação dos principais problemas concelhios. A informação foi recolhida e posteriormente complementada com indicadores que nos permitem conhecer melhor a realidade, no sentido de posteriormente se elencar medidas de intervenção.

Este documento de diagnóstico é estratégico para o Município devendo ser assumido como orientador do desenvolvimento social do território e terá durabilidade de 6 anos (2014-2020).

CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1 História do concelho

O território que hoje se apresenta como concelho de Arouca foi recentemente reorganizado em 16 freguesias/ união de freguesias. É uma povoação muito antiga, como se pode comprovar pelo património arquitectónico existente por todo o concelho: Antas, Mamoas, Dolmens.

Arouca possui um número bastante elevado de monumentos megalíticos que confirmam a ocupação deste território desde tempos antigos. São também conhecidos vestígios do período proto-histórico e da ocupação romana, existindo como testemunho a lápide de Fermêdo.

Foi fundado pelos Galo-Celtas, 400 ou 500 anos a.c.. Em 34 a.c., com a dominação romana, César Augusto fundou a cidade que mais tarde viria a chamar-se Arouca, tendo-lhe atribuído nomes como Arauca, Aruca e/ou Araducta. Foi uma cidade importante, pois fazia parte das cidades que participavam no Concilio de Lugo, até ao ano 716, altura em que, foi destruída pelos árabes, que repelidos, no século IX, voltaram de novo em 997.

Em 1151, D. Afonso Henriques concedeu foral à vila, situação que veio a ser confirmada pelo seu neto D. Afonso II, em Coimbra, no mês de Novembro de 1217. Posteriormente, D. Manuel confirmou-o através de novo foral atribuído em 20 de Dezembro de 1513.

O concelho, elevado a comarca por decreto de 28 de Fevereiro de 1835, resultou da extinção de alguns concelhos, por reformas do século XIX, como Vila Meã do Burgo, Fermedo, Alvarenga e as terras de Covelo de Paivó desanexadas, de S. Pedro do Sul, por lei de 1917. O concelho do Burgo deu origem à freguesia do Burgo, quando em 1817, foi anexado ao concelho de Arouca. A extinção do município de Alvarenga, em 1836, trouxe para Arouca, as freguesias de Santa Cruz de Alvarenga, Canelas, Janarde, Espiunca e a agregação de Fermêdo, em 1855, trouxe S. Miguel do Mato, Fermêdo, Escariz e Mansores.

O antigo couto de Arouca, que congregava a maior parte das actuais freguesias, era constituído pelas freguesias de S. Bartolomeu, em 1846 desdobradas nas freguesias de S. Bartolomeu de Arouca, S. Estêvão de Moldes, Cabreiros, Albergaria da Serra, parte da de S. Salvador do Burgo, Santa Eulália, S. Miguel de Urrô, Várzea, Rossas, Santa Marinha de Tropeço e Chave. Estas freguesias conjuntamente com as indicadas acima, perfazem as freguesias do concelho.

Os vestígios pré-históricos existentes, um pouco por todo o concelho, comprovam a povoação do território desde tempos remotos. No entanto, é difícil determinar os períodos de ocupação pelos nossos antepassados.

Conhece-se muito pouco da ocupação e presença dos romanos, acredita-se que pelos vestígios encontrados, a romanização terá ocorrido tardiamente (o que pode dever-se ao facto da localização do concelho ser, fora das rotas do litoral e das principais vias de circulação norte/sul). Será mais fácil atestar a presença de populações de origem germânica (resultante das invasões barbaras) pelos nomes encontrados como Sá, Saril, Alvarenga, Burgo, Escariz, Friães, etc…De ocupações mais recentes, como as muçulmanas, existem mais informações e vestígios. Nesta época e devido à instabilidade criada, a população cristã refugiou-se em locais menos acessíveis, dos quais terá regressado com os avanços da reconquista cristã.

Mas, a história de Arouca não pode dissociar-se, no entanto, do seu Mosteiro. Durante séculos, foi à sombra deste monumento que grande parte do povo arouquense viveu, trabalhou, rezou e gozou alguns dos poucos tempos livres. O Mosteiro terá sido fundado no século X e teve como primeiro padroeiro S. Pedro. Os seus fundadores foram Loderigo e Vandilo- nobres de Moldes. O primeiro edifício terá sido uma pequena moradia, que abrigou um pequeno número de professores de ambos os sexos. No século XII, sob o domínio de D.Toda Viegas e família, a sua riqueza e engrandecimento tornam-se notáveis. Foi neste século que o convento passou a feminino, da Ordem Beneditina.

Em 1220, o Mosteiro é legado a D. Mafalda, por seu pai D. Sancho I, rei de Portugal, que inicia o seu padroado em 1217/1220, onde começa por mudar o hábito e os estatutos da ordem, reduzindo o Convento à ordem de Cister. É durante o padroado de D. Mafalda que o mosteiro cresce, enriquece e atinge todo o seu esplendor, pela honra de aí se ter acolhido a Padroeira, bem como devido aos legados materiais que trouxe consigo e atribuiu ao mosteiro. O mosteiro, apenas feminino era então o principal pólo de dinamização económica do vale de Arouca. Após a morte da padroeira, a 1 de Maio de 1256, o prestígio continuou, tendo sido considerado um dos mais importantes da Península Ibérica. D. Mafalda foi beatificada, em 1792 e seu corpo repousa numa urna, executada em ébano, cristal, prata e bronze, numa das alas do Mosteiro, para onde foi transladada em 1973. Ao longo dos séculos XV e XVI, foram realizadas diversas obras de reconstrução, ampliação e enriquecimento do mosteiro. Sofreu vários incêndios que o destruíram, tendo sido reconstruído, tal como se apresenta hoje, em finais do século XVII, inícios do século XVIII.

Em 2 de Maio, feriado Municipal, comemora se a festa da Rainha Santa Mafalda.

1.2 Enquadramento Geográfico

O concelho de Arouca estende-se por uma área de 329 km^2 , tem um perímetro de 118 km e está situado no extremo nordeste do distrito de Aveiro. Integra a NUT III – Região entre Douro e Vouga (EDV), na província do Douro Litoral, juntamente com os concelhos de São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

A estrutura territorial do Município caracteriza-se ainda por 227 lugares e 16 freguesias/ união de freguesias, com dimensão média de 1646 ha.

Quadro 1: Caraterização do território EDV

Território	Área	Perímetro	Comprimento Máximo		Altitude	
			Norte-Sul	Este-Oeste	Máxima	Mínima
	km^2	Km			m	
Portugal	92 212,0	3 904	1 345	2 258	2 351	0
Continente	89 088,9	2 559	577	286	1 993	0
Norte	21 285,9	1 062	155	224	1527	0
Entre Douro e Vouga	861,4	217	33	44	1 220	25
Arouca	329,1	118	19	29	1220	50
Oliveira de Azeméis	161,1	86	20	14	644	25
Santa Maria da Feira	215,9	88	20	19	450	25
São João da Madeira	7,9	13	4	3	276	150
Vale de Cambra	147,3	69	16	17	1 043	75

Fonte: retrato social do EDV/2014

Faz fronteira com os concelhos de São Pedro do Sul, Vale de Cambra, Castro Daire, Cinfães, Castelo de Paiva, Gondomar, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira.

Desde 2004, o Concelho de Arouca integra a Área Metropolitana do Porto.

A sede de concelho – a vila de Arouca – situa-se a cerca de 60 km da cidade do Porto e a 75 km da cidade de Aveiro, capital do distrito.

Fig. 3: Mapa de Arouca e concelhos limítrofes[1].

O Concelho de Arouca posiciona-se na encruzilhada entre as regiões Norte e Centro de Portugal, entre os distritos de Aveiro, Viseu e Porto. É um território que se encontra entre o litoral – fortemente industrializado, bem servido por redes de acessibilidades e relevo relativamente pouco acidentado – e o interior – de relevo montanhoso, acidentado e deprimido do ponto de vista demográfico, social, económico e infraestrutural. O concelho apresenta-se fisicamente próximo aos grandes centros urbanos do litoral, embora esta proximidade seja relativizada pela área natural e pelas acessibilidades.

O plano diretor municipal, Dezembro de 2011, carateriza o território da seguinte forma:

1. Freguesias contíguas aos concelhos de Stª Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e parcialmente, Vale de Cambra, ligadas à bacia de emprego industrial do Entre Douro e Vouga, com grande incidência de iniciativas de carácter empresarial de forte impacto no território (indústria, pecuária e armazenagem). Respondendo a esta dinâmica, a maior parte dos espaços industriais previstos no PDM de 1995, localizam-se nesta área. Neste espaço de transição intermunicipal registam-se movimentos diários (casa - trabalho e casa - escola com origem em Arouca e destino

[1] Mapa retirado do Relatório de Estado do Ordenamento do Território – Plano Diretor Municipal, Dezembro de 2011.

aos restantes concelhos do EDV) de alguma intensidade, e as populações recorrem a serviços de apoio social e comercial localizados fora do espaço concelhio.

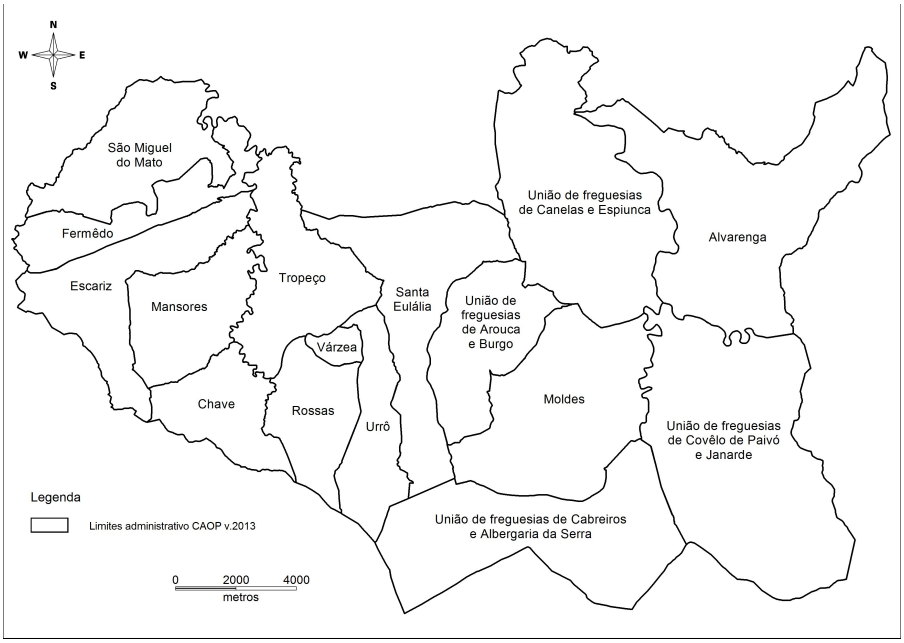
2. Freguesias do nordeste, confinando com os concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães, desenvolvem-se em torno do vale do Rio Paiva e seus afluentes, densamente florestadas (predomínio do eucalipto) e com actividades muito ligadas à exploração florestal. A qualidade paisagística desta região, a riqueza do recurso água ou a raça arouquesa constituem os principais elementos de potencial desta área.

3. Área montanhosa a sul e oriente do concelho, confinando com S. Pedro do Sul, com forte presença de áreas de grande valor natural e paisagístico, mas em profunda regressão demográfica e social, com acentuados défices infra-estruturais, em degradação decorrente do abandono das terras e da florestação através do eucalipto, e sem evidentes factores de suporte a um processo de inversão destas tendências. A única excepção parece ser a Serra da Freita, suporte de actividades tradicionais ligadas à pastorícia ou à pequena silvicultura, e os projectos a ela ligados (turismo, lazer, aventura, natureza).

No centro destes três subsistemas territoriais, localiza-se a vila de Arouca, sede administrativa e único centro prestador de serviços com relevância no concelho. A sua base urbana, de pequena dimensão, é marcada por alguma qualidade urbanística e um elevado valor patrimonial, que em conjunto com a envolvente natural lhe conferem grande potencial no domínio da qualidade de vida e da capacidade de atracção e fixação de população. Não deixa, no entanto, de apresentar alguns défices ao nível das ofertas comerciais, de serviços e infraestruturas, e a estrutura do emprego é ainda muito baseada em actividades terciárias, sociais e administrativas.
A rede viária afigura-se como o grande handicap ao desenvolvimento do concelho nos seus diversos domínios. As acessibilidades internas e externas fazem-se por estradas nacionais e regionais extensas, devido à dimensão e morfologia do território.

A recente reorganização administrativa do território, reestruturou o concelho em 16 freguesias: Alvarenga, Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca, Chave, Covêlo de Paivó e Janarde, Escariz, Fermêdo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, São Miguel do Mato, Tropeço, Urro e Várzea.

Reorganização Administrativa das freguesias, do concelho de Arouca



Mapa do concelho de Arouca, com reorganização administrativa das freguesias.

1.3 DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO

De acordo com os Censos 2011, a população residente no concelho de Arouca é de 22359 habitantes. Os residentes em Arouca são maioritariamente mulheres. De destacar o decréscimo populacional de residentes face a 2001, na ordem dos 1868 habitantes.

Quadro 2: População residente na Região EDV

Território	População Residente Total	
	2001	2011
Portugal	10 356 117	10 562 178
Continente	9 869 343	10 047 621
Norte	3 687 293	3 689 682
Entre Douro e Vouga	276 812	274 859
Arouca	24 227	22 359
Oliveira de Azeméis	70 721	68 611
Santa Maria da Feira	135 964	139 312
São João da Madeira	21 102	21 713
Vale de Cambra	24 798	22 864

Fonte: retrato social do EDV

De acordo com o quadro anterior, Arouca afigura-se como o segundo concelho com menor número de população residente, no território EDV.

No quadro seguinte podemos verificar a caraterização da população, por grupo etário. A divisão da população, por grandes grupos etários dá-nos nota da tendência para o envelhecimento populacional, estando a maioria da população na faixa etária 25-64 anos – idade adulta. Se a este grande grupo juntarmos a população com mais de 65 anos, temos mais de 72% da população total residente, com idade adulta e envelhecida.

Do total de população residente verificamos que 10800 são do sexo masculino e 11599 são do sexo feminino. Quanto ao estado civil, 8722 estão solteiros, 11574 encontram-se no estado casados, 1480 viúvos e 583 encontram-se na situação de divórcio

Quadro 3: População Residente Total por Grupo Etário – 2001 e 2011

Território	População Residente Total por Grupo Etário							
	2001				2011			
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos
Portugal	1 656 602	1 479 587	5 526 435	1 693 493	1 572 329	1 147 315	5 832 470	2 010 064
Continente	1 557 934	1 399 635	5 283 178	1 628 596	1 484 120	1 079 493	5 546 220	1 937 788
Norte	644 948	558 278	1 969 309	514 758	557 233	425 876	2 075 134	631 439
Entre Douro e Vouga	49 204	41 381	151 359	34 868	41 209	31 708	156 849	45 093
Arouca	4 391	4 024	11 897	3 915	3 463	2 713	12 159	4 024
Oliveira de Azeméis	12 198	10 357	38 840	9 326	9 679	7 930	38 960	12 042
Santa Maria da Feira	25 028	20 087	75 817	15 032	22 042	16 036	80 611	20 623
São João da Madeira	3 656	3 145	11 745	2 556	3 126	2 514	12 498	3 575
Vale de Cambra	3 931	3 768	13 060	4 039	2 899	2 515	12 621	4 829

Fontes: INE – Censos da População 2011 e Anuário Estatístico da Região Norte 2011

A distribuição da população, por freguesias, no período anterior à reorganização administrativa das freguesias, conforme indicação do INE era a seguinte:

Quadro 4: Distribuição da população residente pelas freguesias do concelho e variação da população residente durante o período 2001-2011.

Freguesia	Área	População (em 2001)	População (em 2011)	Variação da população residente (%)
Al. da Serra	14,37k m^2	140	105	-25%
Alvarenga	39,03 km^2	1368	1223	-10,6%
Arouca	8,59 km^2	3098	3185	2,81%
Burgo	6,76 km^2	2067	1993	-3,58%
Cabreiros	18,48 km^2	186	126	-32,26%
Canelas	23,33 km^2	864	801	-7,29%
Chave	11,61 km^2	1414	1253	-11,39%
C. de Paivó	28,99 km^2	169	103	-39,05%
Escariz	17,13 km^2	2255	2222	-1,46%
Espiunca	12,65 km^2	477	382	-19,92%
Fermêdo	12,16 km^2	1504	1340	-10,9%
Janarde	18,01 km^2	159	119	-26,16%
Mansores	13,96 km^2	1155	1081	-6,41%
Moldes	28,01 km^2	1477	1247	-14,90%
Rossas	11,47 km^2	1693	1599	-5,55%
S.ta Eulália	14,12 km^2	2339	2253	-3,68%
S. M. Mato	23,41 km^2	800	598	-25,25%
Tropeço	18,23 km^2	1297	1150	-11,33%
Urrô	10,53 km^2	1206	1029	-14,68%
Várzea	1,84 km^2	559	540	-3,4%

Fonte: INE, Atlas Estatístico de Arouca, informação anterior à reorganização administrativa do território das freguesias.

Pela análise dos dados, verificamos uma perda populacional em quase todas as freguesias. Com exceção da freguesia, sede de concelho, onde se verificou o aumento do n.º de residentes, embora pouco significativo.

As freguesias com mais quebra de população foram Cabreiros, Covelo de Paivó, Janarde e S. Miguel do Mato.

O Índice de envelhecimento de um território traduz a relação entre a população idosa e população jovem, ou seja o quociente entre as pessoas com 65 ou mais anos e as pessoas com idade até 14 anos. Em Arouca, esse índice é de 116.2%, ou seja por cada 100 jovens com idade até 14 anos, habitam no concelho mais de 116 residentes com idade igual e superior a 65 anos.

Quadro 5: Índice de Envelhecimento - 2001 e 2011

Território	Índice de envelhecimento	
	2001	2012
Portugal	102,2	127,8
Continente	104,5	130,6
Norte	79,8	113,3
Entre Douro e Vouga	70,9	109,4
Arouca	89,2	116,2
Oliveira de Azeméis	76,5	124,4
Santa Maria da Feira	60,1	93,6
São João da Madeira	69,9	114,4
Vale de Cambra	102,7	166,6

Fontes: INE – Censos da População 2011 e Anuário Estatístico da Região Norte 2011

Arouca, afigura-se assim como o terceiro território mais envelhecido do EDV, após Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

Dados constantes do Plano Municipal de Educação dão-nos nota do envelhecimento por freguesias:

Índice de envelhecimento, por freguesia- Censos 2011

As freguesias com maior proporção de idosos, face ao número de jovens são: Alvarenga, Covelo, Cabreiros e Albergaria, seguindo - se as freguesias de Chave, Urrô, Janarde e Espiunca.

As freguesias com mais jovens face ao número de idosos são Santa Eulália, Canelas, Várzea e Escariz.

Parece-nos pertinente acrescentar a esta informação, que retrata o envelhecimento da população residente em Arouca, o **indice de dependência** dos idosos, em 2011 - relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, era de 26.8%. Relativamente os concelhos vizinhos do EDV, apenas Vale de Cambra tem um indice de dependência superior.

Relativamente ao **Indice de Longevidade,** que estima a população com 65 ou mais anos, em Arouca é de 52.03%.

De salientar que Arouca tem 7464 familias clássicas, das quais 563 são familias unipessoais com mais de 65 anos.

Estas carateristicas da população dão nota do seu crescente envelhecimento e devem ser tidas em conta na definição de estratégias e politicas municipais, procurando assim adaptar a população e o Municipio a esta realidade.

Relativamente ao **nível de escolaridade** da população residente, e de acordo com dados disponibilizados no Plano Municipal de Educação, o Município de Arouca apresenta valores de escolaridade ligeiramente abaixo da média da região Entre Douro e Vouga. No entanto, é possível verificar grandes disparidades no que diz respeito à escolarização dos residentes nas diversas freguesias (ver quadro seguinte).

Quadro 6: População Residente segundo o nível de escolaridade

Zona Geográfica	População	População residente segundo o nível de escolaridade atingido (em percentagem)							
		Nenhum nível de escolaridade	Ensino pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
				1º CEB	2º CEB	3º CEB			
Entre Douro e Vouga	274859	7,4%	2,4%	33,2%	14,2%	16%	14,6%	1%	11,2%
Arouca	22359	10,9%	2,3%	35%	15,6%	15%	11,6%	1%	8,6%
Albergaria da Serra	105	33,5%	2%	42%	9,7%	5%	4,9%	0%	2,9%
Alvarenga	1223	12,9%	1,2%	40,1%	13,6%	15,7%	8,8%	0,7%	7%
Arouca	3185	9,9%	2,6%	27,7%	12,4%	14,5%	15,9%	1%	16%
Burgo	1993	11,5%	2,4%	34%	14,6%	13,1%	12,7%	0,9%	13,6%
Cabreiros	126	26,9%	0,8%	46%	12,8%	8,8%	3,9%	0%	0,8%
Canelas	801	10,7%	3,5%	33,4%	20,5%	17,5%	10,2%	0,8%	3,4%
Chave	1253	9,3%	1,5%	37,8%	16,9%	13,6%	10,4%	1,3%	9,2%
Covêlo de Paivô	103	21,4%	1,9%	48,5%	6,8%	9,7%	4,9%	1,9%	4,9%
Escariz	2222	9,3%	2,4%	35,9%	16,7%	16,4%	12,3%	1,2%	5,8%
Espiunca	382	10%	1,6%	40%	15,1%	15,4%	11,3%	0,8%	5,8%
Fermêdo	1340	11,8%	2,5%	38%	19,4%	14%	9,2%	0,6%	4,5%
Janarde	119	24,4%	0%	40,4%	13,4%	13,4%	5%	0,9%	2,5%
Mansores	1081	10,5%	2,7%	30,3%	21,3%	15,4%	12,7%	1,1%	6%
Moldes	1257	12,8%	1,6%	38,3%	13,4%	16,7%	9,3%	0,9%	7%
Rossas	1599	8,8%	2,2%	34,3%	16,8%	14,4%	12,8%	0,8%	9,9%
Santa Eulália	2253	8,2%	2,3%	34,9%	15,5%	15,8%	13,5%	1,5%	8,3%
São M. do Mato	598	17,4%	2,3%	35,3%	20,4%	14,2%	6,4%	0,4%	3,6%
Tropeço	1150	12,1%	2,6%	39,4%	12,5%	15,8%	10,8%	0,6%	6,2%
Urrô	1029	12,4%	1,7%	35,7%	13,7%	14,4%	10,2%	1,8%	10,1%
Várzea	540	6,5%	3,3%	33,7%	17,4%	18,1%	10,4%	0,8%	9,8%

Quadro 4: População residente, por freguesia, segundo o nível de escolaridade atingido (fonte INE).

À semelhança dos dados elencados no anterior diagnóstico, Albergaria da Serra, Cabreiros, Janarde e Covêlo de Paivô são as freguesias que apresentam maior número de pessoas sem qualquer nível de escolarização e também menor número de pessoas licenciadas. São freguesias distantes da sede do município, em zonas serranas, com população muito envelhecida, o que explica também as elevadas percentagens de residentes sem qualquer nível de escolaridade. Por outro lado, Arouca e Burgo apresentam as taxas mais elevadas de escolarização, sendo a percentagem de pessoas licenciadas superior à média da região Entre Douro e Vouga.

Segundo o plano municipal referido anteriormente e com base no estudo "Escolarização na região do Norte – Evolução das Disparidades Territoriais 1991-2011", realizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, é possível verificar que em Arouca houve uma grande evolução nos índices de escolarização da população residente em idade escolar.

Entre o período 1991-2011 em pontos percentuais, a evolução da taxa de escolarização no grupo etário de 15-17 anos, situou-se entre os 55 e os 63%.

De acordo com o anuário Estatístico 2011 no ano letivo 2010/2011 a taxa bruta de pré-escolarização era de 87,7%, a taxa bruta de escolarização ao nível do ensino básico é de 125.4% e ao nível do ensino secundário 101.4%.

A taxa de abandono escolar do Município é de 0.82%, é o melhor valor da região Entre Douro e Vouga, superando os valores verificados na região e no país.

Quadro 7: Taxa de Abandono Escolar (%) - 2011

Território	Taxa de Abandono Escolar (%)
Portugal	1,58
Continente	1,54
Norte	1,45
Entre Douro e Vouga	1,42
Arouca	0,82
Oliveira de Azeméis	0,99
Santa Maria Feira	1,64
S. João da Madeira	1,60
Vale de Cambra	1,83

Fonte: INE, Censos 2011

No entanto, o município tem ainda um longo caminho a percorrer, uma vez que, em 2011, a taxa de conclusão do 9º ano de escolaridade no grupo etário entre os 25-29 anos situava-se entre os 75-80% e a taxa de saída da escola sem a conclusão do nível secundário, para o grupo etário dos 18 aos 24 anos, situava-se no intervalo entre os 30% e os 35% (Plano Municipal d Educação).

Igualmente preocupante continua a ser a taxa de analfabetismo, 7.30%, muito ligada à população envelhecida e residente em locais mais distantes da sede do Município. O valor em termos de analfabetismo, apontado para o concelho de Arouca excede os restantes Municípios do EDV e é bastante superior aos valores nacionais. As mulheres são as mais analfabetas.

Quadro 8: Taxa de Analfabetismo, por sexo – 2011

Território	Taxa de Analfabetismo (%)		
	HM	H	M
Portugal	5,23	3,52	6,77
Continente	5,20	3,43	6,80
Norte	5,01	3,24	6,62
Entre Douro e Vouga	4,38	2,66	5,97
Arouca	7,30	4,63	9,78
Oliveira de Azeméis	4,07	2,48	5,57
Santa Maria da Feira	3,97	2,48	5,34
S. João da Madeira	2,9	1,72	4,01
Vale de Cambra	6,26	3,22	9,10

Fonte: retrato social do EDV

Situação semelhante acontece com a retenção e desistência escolar, em que os valores referentes ao concelho voltam a superar os restantes Municípios do EDV- 7.5%.

Quadro 9: Taxa de Retenção e Desistência Escolar - 2011

Território	Taxa de Retenção e Desistência Escolar
Portugal	7,5
Continente	7,3
Norte	6,1
Entre Douro e Vouga	5,8
Arouca	7,5
Oliveira de Azeméis	4,9
Santa Maria da Feira	6,4
S. João da Madeira	3,5
Vale de Cambra	6

Fonte: INE, Censos 2011

Quanto ao ensino superior, os dados disponíveis no plano municipal de educação, apontam que, em 2011, a taxa real de escolarização no ensino superior, de residentes em Arouca, situava-se entre os 20 e os 25 pontos percentuais, sendo o município da NUT III Entre Douro e Vouga com menor taxa de escolarização no ensino superior.

No ano letivo 2013/2014, segundo dados disponibilizados pela Associação Académica de Arouca, acederam ao ensino superior público, 70 alunos.

Relativamente às áreas de estudo escolhidas, verificamos o seguinte:

Quadro 10: Áreas de estudo dos alunos admitidos ao ensino superior.

Áreas de Estudo	Alunos admitidos
Área de Ciências	8
Área de Saúde	19
Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design	6
Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores	1
Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços	6
Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade	14
Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução	11
Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo	1
Engenharias	4

(Fonte: Associação Académica de Arouca)

As áreas de saúde, economia/gestão/contabilidade e humanidades foram as que absorveram a maior parte dos alunos que concorreram ao ensino superior.

Relativamente à distribuição dos alunos, por freguesia, verificamos que:

Quadro 11: Distribuição dos alunos, por freguesia

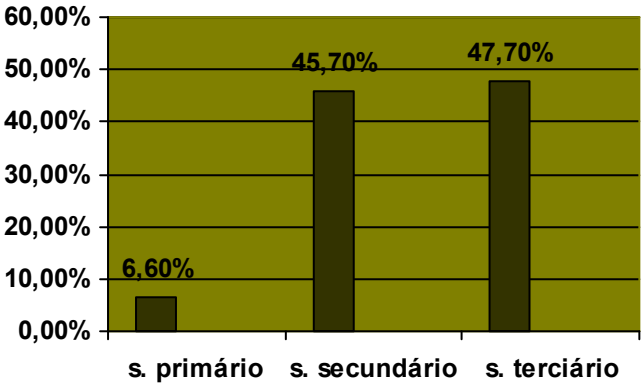
FREGUESIA	N.º ALUNOS
União de freguesias Arouca/Burgo	24
União de freguesias Albergaria e Cabreiros	1
União de Freguesias Canelas e Espiunca	3
Alvarenga	2
Chave	6
Fermedo	1
Mansores	3
Moldes	6
Rossas	7
Santa Eulália	10
Tropeço	2
Urrô	3
Várzea	1
Outra	1

Fonte: Associação Académica de Arouca

A maioria dos candidatos reside nas freguesias Arouca/Burgo, seguindo-se os alunos das freguesias de Santa Eulália, Rossas, Moldes e Chave. A restante distribuição é aproximada pelas diversas freguesias.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Economicamente, o concelho de Arouca ocupa a maioria da população no setor terciário, com 47.7%, da população residente. Segue-se o setor secundário com 45.7% e a menor parte da população residente desempenha atividade no setor primário (6.6%).



Distribuição por setor de atividade/2011

Comparativamente ao anterior período censitário, houve uma evolução face ao número de população afeta do setor primário e secundário, em prol do setor dos serviços. Ou seja, em 10 anos a população deslocou-se profissionalmente do setor secundário para o terciário. O setor primário perdeu também expressão.

Contudo e relativamente ao EDV, Arouca tem uma franja da população superior no setor primário face aos restantes, o que revela a importância que o setor de extração de recursos naturais ainda tem no município.

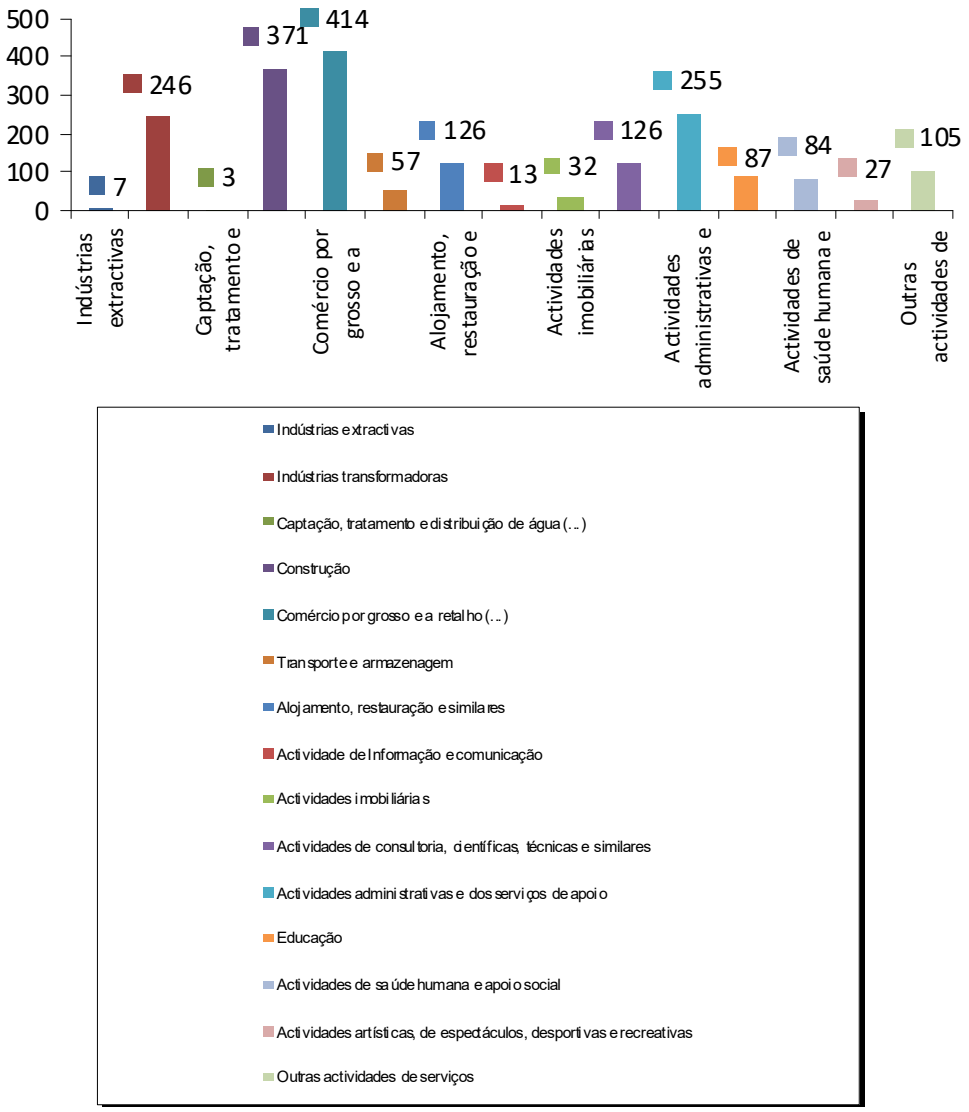
Acerca do vínculo laboral, a maioria da população em idade ativa desempenha atividade como trabalhador(a) por conta d´outrém (77.5%), enquanto 8.3% da população é trabalhador(a) por conta própria.

Trabalhadores por conta de outrem	**77.5%**
Trabalhadores por conta própria isolados	**8.3%**

Fonte: PORDATA

No que diz respeita às empresas, por setor de atividade, no ano de 2010, verificamos que:

Gráfico 3: Empresas por Atividade Económica, em 2010 (Fonte: INE)



O maior número de empresas, no concelho de Arouca, é na área "comércio por grosso e a retalho", seguido da construção e indústrias transformadoras.

No quadro seguinte podemos verificar dados mais detalhados acerca da distribuição dos trabalhadores por setores de atividade.

Quadro 12: Distribuição dos trabalhadores, por setor de atividade

Atividades económicas	2009		Evolução 2003 – 2009	
	Nº absoluto de trabalhadores	Peso da atividade no global do concelho	Nº absoluto de trabalhado-res	Peso da atividade no global do concelho
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	213	4,3%	-27%	-29%
Indústrias Extrativas	32	0,6%	-11%	-14%
Indústrias transformadoras	1739	34,8%	1%	-3%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	11	0,2%	1100%	20%
Construção	1055	21,1%	24%	20%
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	825	16,5%	-15%	-18%
Transportes e armazenagem	115	2,3%	-43%	-45%
Alojamento, restauração e similares	206	4,1%	16%	12%
Atividades de informação e comunicação	23	0,5%	64%	58%
Atividades financeiras e seguros	32	0,6%	28%	23%
Atividades imobiliárias	8	0,2%	0%	-4%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	78	1,6%	42%	37%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	47	0,9%	262%	248%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	77	1,5%	79%	73%
Educação	230	4,6%	22%	18%
Atividades de saúde humana e apoio social	218	4,4%	41%	36%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	0,1%	-25%	-28%
Outras atividades de serviços	91	1,8%	30%	25%

Fonte: projeto educativo municipal

A indústria transformadora é a principal atividade geradora de empregos, sendo responsável por 34,8% dos trabalhadores do concelho, seguida pela construção, com 21,1% e pelo comércio, com 16,5% do emprego.

Relativamente à indústria transformadora, podemos aprofundar a informação relativa aos empregos por área:

Quadro 13: Caraterização dos empregos na industria transformadora

Ramos da Indústria	2003	2008	Evolução 2003-2008
Alimentar	6,9%	6,7%	-1,7%
Têxtil e vestuário	2,7%	2,4%	-10,9%
Produtos de couro	42,0%	37,4%	-10,3%
Madeira e cortiça	14,5%	15,3%	6,5%%
Papel e cartão	0,2%	0,0%	-100,0%
Químicos e fibras	0,6%	0,3%	-54,5%
Borracha e plásticos	0,8%	2,0%	161,5%
Minerais não metálicos	3,8%	4,7%	23,1%
Produtos metálicos	12,8%	13,1%	3,2%
Equipamentos eléctricos	0,7%	0,5%	-25,0%
Máquinas e equipamentos	6,8%	10,4%	55,7%
Veículos	0,0%	0,0%	0,0%
Mobiliário e colchões	8,2%	7,1%	-12,2%

Quadro 8: Taxa de emprego por ramos da indústria transformadora. (Fonte: Instituto da Segurança Social, IP)[2]

Assim, verificamos que os ramos da indústria transformadora com maior expressão no município são: Produtos de Couro (42,0%), Madeira e Cortiça (14,5%), Produtos Metálicos (13,1%) e Máquinas e Equipamentos (10,4%). Sendo estes responsáveis por 80% do emprego na área da indústria transformadora.

Um estudo, evocado no PEM, realizado pela Universidade de Aveiro a pedido do Município de Arouca, em 2010, dá nota que o turismo ainda é pouco expressivo quanto ao número de empregos gerados. Esta área, dadas as potencialidades turísticas do território devido ao seu património natural, cultural, arquitetónico e histórico, revela mesmo um forte potencial de crescimento, encontrando-se subaproveitada. Outro aspeto que a investigação realça diz respeito aos transportes coletivos, nomeadamente para as zonas industriais, pois a sua inexistência é apontada pelos empresários como um grave entrave ao desenvolvimento industrial e económico. (PEM)

Para complemento à caraterização da realidade económica do concelho, faremos uma breve apreciação da população empregada:

A população empregada, em 2011, era de 9146 habitantes, a maioria do sexo masculino. Relativamente a 2001, verifica-se a diminuição da população empregada, situação que comprova o agravamento da situação de desemprego. Esta tendência para a maior empregabilidade masculina, não deve apenas encarar-se como fruto da situação económica atual que assola o país

[2] Informação retirada de "Caracterização e Diagnóstico do Tecido Produtivo e das Zonas Industriais de Arouca – Orientações"

e o território, deve também ser entendida como fruto de enraizamentos culturais, que ainda caracterizam o Município em que, em muitas das famílias, o elemento do sexo feminino, opta por não desempenhar atividade laboral, para apoio à família, sobretudo descendentes e ascendentes diretos. Esta situação é ainda complementada, em grande parte com a prática de uma agricultura de subsistência que serve de complemento ao rendimento familiar. Esta realidade é mais verificável em locais mais isolados da sede do concelho, onde a oferta de emprego é muito reduzida.

Quadro 14: População Empregada, por Sexo – 2001 e 2011

Território	População Empregada, por Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	4 650 947	4 361 187	2 599 088	2 275 974	2 051 859	2 085 213
Continente	4 450 711	4 150 252	2 479 105	2 163 290	1 971 606	1 986 962
Norte	1 656 103	1 501 883	935 351	804 289	720 752	697 594
Entre Douro e Vouga	134 971	119 969	76 406	65 092	58 565	54 877
Arouca	10 136	9 146	6 201	5 304	3 935	3 842
Oliveira de Azeméis	35 458	31 522	19 888	17 035	15 570	14 487
Santa Maria da Feira	67 424	59 761	38 090	32 393	29 334	27 368
São João da Madeira	10 913	9 940	5 697	5 017	5 216	4 923
Vale de Cambra	11 040	9 600	6 530	5 343	4 510	4 257

Fonte: PORDATA (com base no INE – Censos da População 2011)

INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Feita esta breve introdução, que nos permite enquadrar o contexto local, seguem-se as problemáticas concelhias, elencadas pelos diversos parceiros e priorizadas em CLAS – Conselho Local de Ação Social.

A metodologia utilizada para esta recolha consistiu na aplicação de um questionário aos parceiros do CLAS e intervenientes locais privilegiados. Seguiu-se o trabalho em sede de núcleo executivo, de agrupamento dos problemas elencados em problemáticas. Posteriormente estas foram apresentadas em CLAS, para em conjunto e mediante votação se definir a sua priorização. Assim, os parceiros da Rede Social consideraram prioritárias as seguintes áreas:

Quadro 15: Problemáticas

PROBLEMÁTICAS
Emprego/ formação e empreendedorismo
Desenvolvimento local
Dependências
População Sénior
Doença Mental
Dinâmicas sócio- familiares
Apoio Social
Habitação
Juventude
Violência doméstica
Rede Social

Fonte: reunião de CLAS 17/03/2014

De referir, que o Núcleo Executivo propôs ao CLAS a contemplação de duas áreas – violência doméstica e Rede Social. A primeira temática refere-se a um problema social bem presente junto dos técnicos que realizam intervenção social e que não deve ser descurado. No que respeita à rede social, deve dar-se continuidade ao trabalho já desenvolvido de promoção das parcerias e de trabalho em rede.

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

2.1 EMPREGO/ FORMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A questão do emprego afigura-se atualmente como grande problema nacional e pode encarar-se como um importante termómetro da situação social, uma vez que reflete as mudanças sociais, mudanças essas que na questão do emprego têm sido rápidas e intensas.

As teorias sociológicas [3] classificam o desemprego não apenas como uma questão económica, de privação de emprego, mas como uma situação de construção social. Isto é, deve entender-se esta situação como fenómeno de privação material que acarreta a degradação das condições de vida, mas sobretudo de destruição das relações sociais no seio da comunidade.

O desemprego provoca uma desorganização dos ritmos sociais e das referências temporais: os desempregados sentem-se desorientados e perdidos, tem dificuldade em saber o que fazer, sobretudo em termos de estruturação das atividades quotidianas: os homens mais que as mulheres porque, para elas, o trabalho doméstico preenche uma parte da jornada.

A situação da falta de emprego reflete-se também nas relações comunitárias. As atividades coletivas diminuem progressivamente, quer se trate da participação em organizações, atividades de lazer, frequência de cafés e outros lugares de encontro. Assiste-se a uma rotura social comunitária. O desemprego conduz ao fechamento em si mesmo, à perda do espírito de iniciativa e enfraquecimento das cooperações. Ou seja, traz fortes consequências sociais, psíquicas, económicas e familiares.

Assim, é da opinião dos mesmos que não se deve reduzir a questão do desemprego à análise da taxa de desemprego, é fundamental ter em consideração também esta vertente social.

No entanto, é uma ferramenta que podemos estudar para caraterizar a questão do desemprego. Estatisticamente o desemprego em Arouca, parece não ser de extrema importância, apesar de ter aumentado nos últimos tempos. No entanto, esta problemática foi elencada pelos parceiros do CLAS, como sendo a principal problemática concelhia.

Esta situação prende-se certamente com as consequências económicas de privação a que os agregados em situação de desemprego ficam sujeitos, portanto mais vulneráveis à pobreza e suas consequências sociais.

[3] Didier Demaziere, revista Politica e sociedade, Outubro de 2008.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional, também alerta para o fato de que mais do que um problema meramente económico, o desemprego elevado é um problema social, pois "embora o custo económico do desemprego seja elevado, não há valor monetário que traduza adequadamente o custo humano e psicológico dos extensos períodos de desemprego persistente e involuntário. Os longos períodos de desemprego traduzem-se em afetações ao bem-estar psicológico, intimamente ligadas à deterioração do seu bem-estar físico, bem como à desagregação social. Transtornos mentais leves, depressão, diminuição da auto-estima, sentimento de insatisfação com a vida e dificuldades cognitivas, são as principais afetações ao bem-estar psicológico humano, causadas por um desemprego prolongado".

Ao desemprego está, também, associado o aumento dos casos de violência conjugal e de nova pobreza, sendo originário de desorganização familiar e social. No seio familiar, o homem desempregado, socialmente definido como o ganha-pão da família, vê-se como alguém incapaz de cumprir a sua função tal como a concebe, pelo que a sensação de impotência da sua parte pode originar casos de violência familiar.

Recorrendo aos ensinamentos da psicologia, é necessário atenuar o sentimento de desespero, procurando não se deixar invadir por pensamentos negativos. Será portanto, importante apostar em treino de competências pessoais e até sociais que permitam evitar o isolamento, procurar alternativas físicas e psicológicas e trabalhar os indivíduos para aceitação de trabalho em áreas até então impensáveis.

No entanto, a informação estatística também é importante para melhor percebermos a dimensão desta problemática social, pelo que abordaremos de seguida uma breve apreciação estatística do desemprego em Arouca.
Assim, verificamos que:

O desemprego no território, de acordo com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, que integra os concelhos de Arouca, Castelo de Paiva[4], SMFeira, O. Azeméis, SJ Madeira e Vale de Cambra, tem vindo a aumentar, ligeiramente, face a anos anteriores.

[4] O concelho de Castelo de Paiva será gradualmente integrado na área de intervenção do Centro de Emprego de Penafiel

Em Janeiro de 2014, o Município registava 1046 inscritos como desempregados.

De forma geral, podemos caraterizar o desemprego como sendo feminino, com tempo de desemprego menor que 1 ano e que afeta quem já teve uma actividade profissional anterior. Afeta maioritariamente residentes do grupo etário 35-44 anos, com um nível de escolaridade situado entre o 2º ciclo e secundário.

De destacar que em situação de 1º emprego, estavam inscritos 125 cidadãos residentes em Arouca, que 133 dos desempregados têm habilitação superior e 200 têm menos de 25 anos, ou seja há uma grande dificuldade em proporcionar emprego a jovens e a residentes licenciados.

Quadro 16: Caraterização dos utentes inscritos no CTEF de Entre Douro e Vouga

Concelhos	Sexo		Tempo inscrição		Sit face ao emprego		TOTAL
	H	M	- 1 ano	+ 1 ano	1º emp	Novo emp	
Arouca	476	570	574	472	125	921	1046
O. Azeméis	1306	1769	1627	1448	310	2765	3075
SM Feira	4300	5309	4540	5069	880	8729	9609
SJ Madeira	593	810	743	660	134	1269	1043
V. Cambra	333	525	444	414	99	759	858

Fonte: Iefp.pt

O Gabinete de inserção profissional (GIP), estrutura de apoio ao emprego e formação, resultado de uma parceria entre Município e IEFP registava os seguintes dados, em Abril: 896 inscritos, dos quais 248 homens e 648 mulheres. Relativamente ao grupo etário, a maioria dos inscritos inserem-se no grupo etário 24-54 anos. A grande maioria dos inscritos insere-se nas categorias desempregada/o e desempregada/o de longa duração. Quanto à escolaridade a maioria tem o 6º e 9º ano.

O quadro seguinte permite-nos ver a evolução, crescente, do número de desempregados inscritos, desde 2010. Assim, verificamos que a situação do desemprego tem-se agravado sobretudo a partir de 2012.

Quadro 17: Evolução do número de inscritos

2010	2011	2012	2013
725	690	744	1056

Fonte: Iefp.pt/ Março 2014

Relativamente a taxa de desemprego na região EDV, em Maio 2013, verificamos que Arouca é o concelho com a terceira maior taxa de desemprego, **9.7%.** O Município mais atingido pelo problema é Santa Maria da Feira, com 13.2% da população desempregada e o Município que menos regista desemprego é Vale de Cambra - 7.7%.

Quadro 18: Taxa de desemprego – Maio 2013

EDV	Arouca	O. Azeméis	SM Feira	S j Madeira	V Cambra
11.5%	9.7%	9%	13.2%	12.5%	7.7%

Fonte: AMTSM- estratégia EDV 2020

Analisando a evolução dos utentes inscritos, durante o ano anterior - 2013, verificamos que na maioria dos meses, o desemprego ultrapassou ligeiramente os 1000 cidadãos residentes. Apenas, nos meses de Verão, o desemprego foi inferior, fruto da sazonalidade desta época do ano.
Em Janeiro de 2014, tal como referido anteriormente o número de utentes inscritos era de **1046**.

Quadro 19: Caraterização da evolução do número de inscritos durante 2013 e Janeiro de 2014

2013												2014
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
1053	1029	Nd	1072	964	955	909	1088	1147	1117	1025	999	1046

Fonte: Iefp.pt

Analisando a distribuição dos inscritos como desempregados, pelas freguesias, verificamos o seguinte:
Em 31 de Março do corrente ano, a grande fatia dos inscritos não recebia subsídio de desemprego, e residem maioritariamente na união de freguesias Arouca/ Burgo, seguindo-se os residentes nas freguesias de Santa Eulália e Escariz.

De salientar, 629 inscritos que não beneficia de qualquer apoio financeiro, diretamente relacionado com a situação de desemprego, isto porque podem receber outros apoios como RSi, por exemplo.

Quadro 20: Inscritos no centro de emprego, por freguesia de residência em Março 2014

Freguesia	Candidatos não subsidiados	Candidatos subsidiados	TOTAL
Arouca (Freguesia n/codificada)	2	0	**2**
Alvarenga	32	15	**47**
Chave	32	22	**54**
Escariz	54	38	**92**
Fermedo	25	19	**44**
Mansores	20	18	**38**
Moldes	48	17	**65**
Rossas	36	22	**58**
Santa Eulália	59	36	**95**
São Miguel do Mato	20	10	**30**
Tropeço	37	14	**51**
Urrô	34	12	**46**
Várzea	14	9	**23**
U.F. de Cabreiros e Albergaria da Serra	5	1	**6**
U.F. de Arouca e Burgo	158	72	**230**
U.F. de Canelas e Espiunca	48	27	**75**
U.F. de Covelo de Paivô e Janarde	5	0	**5**
TOTAL	**629**	**332**	**961**

Fonte: CEFEDV – Abril 2014

A estes valores do número de desempregados parece-nos importante acrescentar aqueles que por estarem inseridos ou ocupados, em programas do IEFP ou de entidades formadoras externas, não constam das estatísticas como desempregados, embora o sejam, efectivamente, pois nenhum desses projectos garante a empregabilidade no final da medida. O quadro seguinte contempla informação sobre esta situação. Assim, se considerarmos os dados disponibilizados, verificamos que o desemprego em Arouca pode ser superior e rondar os 1660 arouquenses (ver quadros seguintes).

Quadro 21 A: Candidatos integrados/ ocupados em programas do IEFP/ Formação

Programa	N.º candidatos
Vida ativa	309
CEI (contrato emprego- inserção)	23
CEI +	2
CEI Património	21
Formação- modalidade aprendizagem	12
Formação - EFA B2	25
Formação – EFA B3	27
EFA Nível secundário	27
Formação entidades externas	86
Integrados	
Estagio Profissional	23
Passaporte Emprego	20
Passaporte Emprego Agricultura	1
Passaporte Emprego Economia Social	4
Estágio Património	1
Estágio Emprego	39

Fonte: IEFP/2013

Quadro 21B: Candidatos integrados/ ocupados em programas do IEFP/ Formação

Programa	N.º candidatos
Vida ativa	309
CEI (contrato emprego- inserção)	23
CEI +	2
CEI Património	21
Formação- modalidade aprendizagem	12
Formação - EFA B2	25
Formação – EFA B3	27
EFA Nível secundário	27
Formação entidades externas	86
Integrados	
Estagio Profissional	23

Passaporte Emprego	20
Passaporte Emprego Agricultura	1
Passaporte Emprego Economia Social	4
Estágio Património	1
Estágio Emprego	39

Fonte: IEFP/2013

O fluxo migratório é outro aspeto a ter em consideração. Nos últimos tempos, jovens e menos jovens têm emigrado procurando melhores de condições de vida. Fazem-no principalmente para países onde possam, ter melhores condições de empregabilidade e salários superiores aos praticados no país e região.

É necessário ter em conta os aspetos anteriormente focados e trabalhar outras áreas como seja o ajustamento entre oferta e procura, a sensibilização da população para determinadas áreas de trabalho, pertinente no mercado de emprego atual e ao mesmo tempo sensibilizar as entidades competentes para a necessidade de se providenciar acções de formação que vão ao encontro das necessidades do mercado, potenciando assim a empregabilidade local.

Uma das respostas que surge como viável para atenuar a questão do desemprego é a aposta no empreendedorismo. Este não é mais do que a proliferação de ideias e projetos, em que se requer dos cidadãos maior autonomia. No entanto, esta área carece de ser trabalhada no sentido de estimular a capacidade de iniciativa e ao mesmo tempo potenciar mais fundos de apoio.

A questão do empreendedorismo está em voga, com destaque para o empreendedorismo social e o apoio ao 3º setor. Nesta área, há a destacar algumas ferramentas de apoio: o *crowdfunding*, ou sistema de financiamento colaborativo. É uma prática relativamente recente, com o objetivo de angariar fundos para financiar iniciativas de interesse público. Nos últimos anos, foi potenciado pela Internet, através de técnicas de micropagamento, que permitiram a cidadãos de todo o mundo conhecer e contribuir, com os valores que decidirem, para iniciativas que queiram ver realizadas.

Trata-se de um modelo baseado na partilha dos mesmos interesses e na possibilidade de múltiplas fontes de financiamento. De facto, o *crowdfunding* proporciona uma dualidade de oportunidades, tanto para os autores dos projetos, como para a própria comunidade, que pode assim participar ativamente e assumir outra preponderância nas causas em que acredita e apoia.

O recurso ao financiamento junto da banca está vulnerável. Apesar da conjuntura económica do país, ou talvez por isso, já estão a ser dados os primeiros passos no *crowdfunding*. Surgem mais projetos e plataformas, como a "OLMO", a "Massivemov" e a "PPL ", cujo lema é "pequenos investimentos x grande comunidade = excelentes projetos". Por último, é sempre um bom indicador para a economia portuguesa verificar que aqui também se considera haver boas oportunidades para captar investimento.

Entidades locais de apoio ao emprego e empreendedorismo

Apesar de ainda existir muito terreno para volver nesta área, localmente há entidades que apoiam o emprego e empreendedorismo: Centro de Emprego e Formação de Entre Douro e Vouga, Gabinete de Inserção Profissional e a ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado nas Serras do Montemuro, Arada e Gralheira.

O Centro de Emprego e Formação Profissional, conforme informação do IEFP, está inserido na Delegação Regional do Norte e tem como área de intervenção os concelhos de Arouca, (Castelo de Paiva), Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Vale de Cambra.

A área geográfica abrangida por estes seis concelhos é de 976 Km2, o que corresponde a oitenta e nove freguesias. Situa-se a sul da área metropolitana do Porto dá continuidade à faixa industrial que se estende até Aveiro, sendo por esse motivo uma zona muito dinâmica, onde se situam os principais pólos nacionais de indústrias, como seja a cortiça, calçado e fabrico de moldes, tendo sido a atualização tecnológica uma das apostas destes sectores.

Possui ainda grandes áreas agrícolas e florestais, sendo esta última, um setor com potencialidades de crescimento.

A população ativa é ocupada principalmente pela indústria estando a área dos serviços a crescer.

O setor agrícola tem vindo a ser alterado pela substituição das explorações familiares por outras de pequena/média dimensão.

Pela sua situação geográfica entre os rios Douro, Vouga e Paiva, entre a serra e o mar, percorrida por rios de menor dimensão e riachos, detentora de monumentos de relevo e de magníficas paisagens naturais, esta região tem visto o turismo aumentar, podendo ser uma aposta de sucesso.

Em Fevereiro de 2014, esta instituição tinha os seguintes registos: Desempregados: 17348, dos quais 1733 procuram 1º emprego e 15615 procuram novo emprego: regista ainda 3876

ocupados, 770 indisponíveis, 2883 empregados. Em suma, o total de inscritos é de 24887. No mesmo mês recebeu 300 ofertas de emprego.

Este organismo dispõe ainda de programas específicos de apoio à criação do próprio emprego e ideias empreendedores que poderá ser uma ferramenta a utilizar. Trata-se do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à criação do Próprio Emprego – PAECPE, que possibilita apoio a três níveis:

- Apoios à Criação de Empresas
- Programa Nacional de Microcrédito
- Apoio à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego

De acordo com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, não houve registo de utentes inscritos no serviço de emprego que tenham criado o próprio emprego, ao abrigo desta medida, em 2013, no concelho de Arouca.

O Gabinete de Inserção Profissional resulta de um protocolo entre o IEFP e a autarquia local e é uma estrutura de ligação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Funciona atualmente nas instalações da Via Verde Social. É uma estrutura de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com o Centro de Emprego de S. João da Madeira, presta apoio a jovens e adultos desempregados na definição do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Através desta estrutura é também possível prestar apoio técnico a entidades empregadoras e cidadãos em situação de desemprego, no âmbito das medidas de apoio.

A ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrada nas serras d Montemuro, Arada e Gralheira, apoia o emprego e empreendedorismo, através de projetos como CRER, E- Arte, gestão do programa PRODER, CLDS entre outros.[5]

De acordo com informação recebida desta entidade, em Arouca, foram efetuados 7 acompanhamentos, em 2013 e foi criada uma empresa. A mesma fonte deu nota de que foram criadas outras empresas com o apoio da ADRIMAG, mas sem a intervenção direta do CRER. Ao abrigo do PRODER (SP3), foram aprovados 32 projetos, os quais criarão um total de 81 postos de trabalho diretos.

[5] Informações sobre os programas em www.adrimag.com.pt

Oferta formativa

O conhecimento é cada vez mais o motor da nossa sociedade. Estudos provam que quanto maior for o grau académico e os níveis de formação, mais facilmente os indivíduos podem fazer a sua adaptação ao mercado de trabalho, seja encontrando o seu primeiro emprego, seja fazendo a reconversão para outra profissão.

Arouca tem registado diversas ações de formação direccionadas a diferentes grupos etários e promovidas por entidades diferenciadas, nomeadamente escolas, entidades formadoras e IEFP/Centro de Formação de Rio Meão.

Assim, de forma sucinta faremos uma abordagem da informação do projeto educativo municipal, com o intuito de perceber melhor as diferentes modalidades de formação.

Em termos de estabelecimentos de ensino, os Cursos de Educação e Formação – CEF – pretendem proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e secundária e obtenção de qualificação profissional devidamente certificada.
Conforme informação da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares existem 7 tipologias de cursos, a saber:
Tipo 1: escolaridade inferior ao 6º ano
Tipo 2: escolaridade ao nível do 6º, 7º ano ou frequência do 8 ano.
Tipo 3: Escolaridade ao nível do 8º ano ou frequência do 9º ano.
Tipo 4: Escolaridade ao nível do 9º ano ou frequência do secundário com uma ou mais repetências.
Tipo 5: Com o 10º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente, frequência do 11º ano, ou curso tipo 4, ou 10º ano profissionalizante, ou curso de qualificação inicial nível 2 com formação complementar.
Tipo 6: Com o 11º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente ou frequência do 12º ano.
Tipo 7: Com o 12º ano de um curso cientifíco-humanístico ou equivalente que pertença à mesma ou área de formação afim.

O Agrupamento de Escolas de Arouca, no ano letivo 2013/2014 promoveu formação nas seguintes áreas: pasteleiro/padeiro; acabamento de madeiras e mobiliário; empregado de mesa e electricidade de instalações.

Relativamente aos cursos profissionais, estes integram a oferta formativa do Agrupamento de Escolas de Arouca. Destinam-se a jovens que tenham concluído o 3.º ciclo do ensino básico e que pretendam um ensino prático, vocacionado para o mundo do trabalho. Estes cursos têm a duração de três anos. Com a sua conclusão, os jovens obtém o ensino secundário e certificação profissional, conferindo o nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações[6]. Esta modalidade de formação, no ano letivo 2013/2014 foi ministrado nas seguintes áreas: técnico auxiliar de saúde; técnico de eletrónica e telecomunicações; técnico de turismo ambiental e rural; técnico de restauração – cozinha – pastelaria; técnico de multimédia; técnico de análise laboratorial; técnico de restauração – restaurante – bar.

Surgem ainda os Cursos Vocacionais de nível básico, destinados a alunos com mais de 13 anos de idade, com duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos diferentes. O encaminhamento destes jovens para esta via de ensino requer que os mesmos passem por um processo de avaliação vocacional e que o encarregado de educação concorde com o encaminhamento para os mesmos. No ano letivo 2013/2014 a oferta do Agrupamento de Escolas de Arouca passou a contemplar um Curso Vocacional que engloba três áreas: agricultura, artesanato e eletricidade.

Além das estruturas escolares existem outras entidades do município que podem ser enquadradas no âmbito da educação extraescolar - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD's).

A nível municipal, as entidades que desenvolvem ações no âmbito da Educação de Adultos são: Associação de Agricultores do Concelho de Arouca (AACA), Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG), Associação Empresarial e Comercial de Arouca (AECA), Associação Florestal de Entre Douro e Vouga (AFEDV).

Os cursos EFA visam reforçar os níveis de qualificação (escolar e/ou profissional) da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que aumente as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida. [7]

[6] Conceitos retirados do site oficial do Ministério da Educação http://www.min-edu.pt/index.php?s=sistema-educativo

[7] Conceito retirado do site oficial do Ministério da Educação http://www.min-edu.pt/index.php?s=sistema-educativo

Existem cursos EFA de nível básico e de nível secundário, e os mesmos podem ser de dupla certificação (certificação escolar e certificação profissional) ou, quando se revele adequado, pode ser desenvolvida apenas a componente escolar ou profissional.

Na tabela seguinte é possível verificar as áreas de formação ministradas. De referir, que entre os anos 2009 e 2012 foram realizados 28 Cursos EFA pelas entidades formadoras do município, dos quais 14 nível básico, com dupla certificação; 6 de nível secundário com dupla certificação; 4 de nível básico com certificação escolar e 4 de nível secundário com certificação escolar.

Quadro 22: Áreas de formação dos cursos EFA desenvolvidas em Arouca

Entidade	Nome do Curso EFA	Nível	Período
AFEDV	Arte Floral	Nível Básico – B3	2008 /2010
AFEDV	Jardinagem e Espaços Verdes	Nível Básico – B3	2008/2010
AFEDV	Gestão do Ambiente	Nível Secundário	2008/2010
ADRIMAG	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural – Nível IV	Nível Secundário	2008/2010
AFEDV	Produção Agrícola	Nível Básico – B2	2009/2010
AFEDV	Produção Florestal	Nível Básico – B2	2009/2010
ADRIMAG	Agente em Geriatria – Nível I	Nível Básico – B2	2009/2010
AE de Arouca	Técnicas Administrativas	Nível Secundário	2009/2010
AE de Arouca	Eletricista de Instalações	Nível Básico	2009/2010
ADRIMAG	Agente de Apoio Familiar e à Comunidade – Nível 1	Nível Básico – B2	2009/2010
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Básico – B2	2009/2010
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Básico – B3	2009/2010
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Secundário	2009/2010
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Secundário	2009/2010
AFEDV	Produção Agrícola	Nível Básico – B3	2010/2011
ADRIMAG	Cozinha – Nível I	Nível Básico – B2	2010/2011
ADRIMAG	Preparação e Transformação de Produtos Cárneos – Nível II	Nível Básico – B3	2010/2011
ADRIMAG	Jardinagem – Nível I	Nível Básico – B2	2010/2011
AE de Arouca	Técnicas Administrativas	Nível Secundário	2010/2011
AE de Arouca	Técnico de Informática/ Instalação e Gestão de Redes	Nível Secundário	2010/2011
AE de Arouca	Eletricista de Instalações	Nível Básico	2010/2011
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Básico – B2	2010/2011
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Básico – B3	2010/2011
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Secundário	2010/2011
AE de Escariz	Curso de Educação e Formação de Adultos	Nível Secundário	2010/2011
ADRIMAG	Marcenaria – Nível II	Nível Básico – B2 +3	2010/2012
ADRIMAG	Costureiro/a Modista – Nível I	Nível Básico - B2	2011
AE de Arouca	Técnico de Informática/ Instalação e Gestão de Redes	Nível Secundário	2011/2012

Fonte: projeto educativo municipal

Procuramos obter informação sobre as ações promovidas pelo Centro de Formação de Rio Meão, contudo não rececionamos informação em tempo útil.

A Formação Modular Certificada tem por base as Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), constantes do Catálogo Nacional de Qualificações, e podem ter uma duração de 25 ou 50 horas. Esta modalidade de formação destina-se a aperfeiçoar os conhecimentos e competências dos adultos podendo ser, igualmente utilizada em processos de reciclagem e reconversão profissional. Este tipo de formação destina-se a ativos empregados ou desempregados, que pretendam desenvolver competências em alguns domínios de âmbito geral ou específico, sendo no final da formação atribuído um certificado de qualificação.

No quadro seguinte apresentam-se as áreas de formação das UFCD's desenvolvidas pela AACA, ADRIMAG, AECA, AFEDV, e AE de Arouca, no ano de 2012.

Quadro 23: Áreas de formação das UFCD's realizadas no município de Arouca durante 2012.

Anos	Áreas de Formação	Nº de UFCD's
2012	000 – Formação de Base	2
	346 – Secretariado e Trabalho Administrativo	2
	761 – Serviço de Apoio a crianças e Jovens	3
	762 – Trabalho Social e Orientação	2
	623 – Silvicultura e caça	1
	621 – Produção Agrícola e Animal	4

Fonte: projeto educativo municipal

As entidades formadoras ADRIMAG e Associação Florestal de Entre Douro e Vouga procedem à avaliação do impato das ações. A primeira entidade fá-lo no âmbito dos cursos EFA, com recurso a um inquérito. A segunda entidade avalia o impato por amostragem, também recorrendo a inquérito aos formandos. Ambas avaliam o impato da formação nos domínios pessoal, social, familiar e profissional.

Um dos pontos que se tem focado nos diagnósticos já efetuados é o desajustamento entre a oferta e procura formativa. Assim, em 2012 e no âmbito do projeto AroucaInclui e em parceria com a Associação Empresarial de Arouca, a Rede Social/Câmara Municipal de Arouca e as Entidades formadoras e escolas locais, foi elaborado o "Diagnóstico de Necessidades de Formação do Tecido Socioeconómico de Arouca". Este documento teve por objetivo o levantamento das necessidades de formação das empresas do município e a posterior divulgação dos resultados junto das entidades formadoras locais, verificando-se como áreas mais apontadas pelos empresários, as seguintes ações de formação: Inglês, Informática na ótica do utilizador e a Segurança e Higiene no Trabalho.

Relativamente ao Centro de Reconhecimento e Validação de competências - **RVCC**, Arouca teve duas estruturas de apoio, nas entidades ADRIMAG e Escola Secundária de Arouca.

Com o fim destas estruturas (RVCC da ADRIMAG encerrou em Março de 2013) surgiram os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional - **CQEP.** São estruturas do Sistema Nacional de Qualificações e assumem um papel determinante na construção de pontes entre os mundos da educação, da formação e do emprego, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. A entidade ADRIMAG apresentou candidatura, tendo a mesma sido aprovada, em Janeiro último. Esta nova resposta tem como novidade a intervenção junto dos mais jovens. O objetivo geral é análise do perfil do candidato, com o objetivo de identificar respostas de educação e/ou formação ajustadas a cada situação.

Em síntese, a vertente formativa do Município tem sido diversificada e abrangente para diferentes públicos- alvo. No entanto, há necessidade de interceder junto das entidades responsáveis a adequação das áreas de formação às reais necessidades do território, bem como é premente a aposta num estudo que revele o impacto destes cursos no tecido empresarial local e na empregabilidade da população.

Desafios:

- baixa capacidade empregadora do território
- desempregados pouco qualificados;
- desajustamento entre oferta e procura;
- desajustamento da oferta formativa (variedade formativa pouco adequada ao mercado)
- oferta formativa da escola pouco ajustada às necessidades do mercado.
- falta de empreendedorismo

2.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITORIAL

O desenvolvimento local, com o processo de globalização, passa também pelo agravamento das situações de exclusão social, muito sentidas localmente.

Em termos de diagnóstico social, pretendemos utilizar este conceito como algo não resultante apenas do desenvolvimento económico, mas como instrumento orientador de políticas que proporcionem às pessoas melhor qualidade de vida. É certo que este desenvolvimento dependerá não só das orientações políticas locais, mas também de politicas de âmbito nacional e até internacional.

Numa primeira abordagem serão aqui elencados aspetos que, no entender dos parceiros da rede social condicionam a qualidade de vida da população residente e que devem ser melhorados com o intuito de promover o desenvolvimento local e consequentemente melhorar a atractividade do território.

O desenvolvimento local exige uma aposta forte no planeamento participativo e na gestão compartilhada. O envolvimento e compromisso das pessoas com a construção de seu próprio futuro, depende da sua participação e responsabilidade no planeamento e na gestão dos projetos e atividades que possam contribuir para a realização de seu plano de desenvolvimento. Para trabalhar este desenvolvimento é necessário também estimular a cultura empreendedora e a cooperação.

Assim, procuramos incluir em sede de diagnóstico social um conjunto de áreas a trabalhar no sentido de potenciar o desenvolvimento do território e consequentemente o desenvolvimento social, para além das áreas tradicionalmente classificadas como vulneráveis.

Como handicap ao desenvolvimento do concelho os parceiros elencaram as seguintes áreas:

1. Abastecimento de água da rede publica e águas residuais;
2. Desertificação de algumas freguesias;
3. Redução da natalidade;
4. Encerramento de escolas;
5. Empreendedorismo/ aproveitamento de recursos locais;
6. Rede de transporte;
7. Mobilidade/ acessibilidade (barreiras arquitetónicas);
8. Politicas de atratividade do território;
9. Falta de médico de família

10. Associativismo local;

1. O **abastecimento de água da rede pública e as águas residuais** (saneamento) são duas áreas de necessidade prioritária que carecem de intervenção, pois quanto maior o seu acesso à população, maior é o índice de desenvolvimento de um território.

Em Arouca, a taxa de cobertura é reduzida, de acordo com um estudo da empresa Águas do Noroeste- 2008, a taxa de cobertura da rede de abastecimento da água pública, no concelho é de 64% e a taxa de águas residuais é de 37%.

Dados fornecidos pelo INE referentes a 2009, ditam alguma evolução. A população servida por sistema público de abastecimento de água é 89% e 28% da população é abrangido pelo sistema de drenagem de águas residuais.

Para percebermos melhor esta realidade, recorremos a números em bruto, conforme informação disponibilizada pelos serviços de ambiente, da Câmara Municipal de Arouca. O município tem contrato, de abastecimento de água pública, com aproximadamente 6500 consumidoras. Relativamente às águas residuais há contrato com aproximadamente 2700 consumidoras. As taxas são reduzidas e há ainda um longo percurso a fazer. Existem freguesias e locais onde ainda não foi possível disponibilizar estes serviços. A morfologia do terreno e respetivos custos de intervenção são as razões apontadas, pelos serviços autarquicos, como o grande handicap à intervenção. No entanto, estas questões são apontadas como prioritárias para o concelho.

2. A **crescente desertificação de alguns locais/ freguesias**, com especial destaque para determinadas freguesias, onde de acordo com os censos 2011, houve perda significativa da população (ver quadro página 11/ caraterização demográfica).

Os mais novos partem para as freguesias mais próximas da sede de concelho ou para a freguesia sede, ou para o estrangeiro, restando os mais idosos, em locais de difícil acesso, sem rede de transportes adequadas e com difícil acesso aos principais serviços.

Como já referido anteriormente na caraterização demográfica, a perda de população é praticamente transversal a todas as freguesias, com excepção da sede de concelho que registou crescimento populacional. Esta perda populacional deve ser encarada como ponto de preocupação. Tem saído muita população do concelho e podemos afirmar que o território não apresenta características de atracão/ fixação para os mais jovens.

As freguesias de Covelo de Paivó, Cabreiros, Janarde, S. Miguel do Mato e Albergaria têm uma variação da população bastante negativa, tendência já sentida no anterior período censitário e já elencada em sede de anteriores diagnósticos sociais.

Esta desertificação do território tem consequências a diversos níveis, desde logo o investimento público nestes espaços e a consequente melhoria das infraestruturas locais. A desertificação das freguesias/ aldeias está muito associada à distância destes locais até à freguesia sede, onde se localizam os diversos serviços. Dificulta ainda mais este processo, a parca rede de transportes, pelo que a população procura fixar-se em locais de maior proximidade, procurando assim melhores condições de vida. Esta distancia dita desde logo uma desigualdade no acesso aos serviços e às diversas respostas. Até mesmo, no acesso à informação, estes habitantes são prejudicados, pelo que a mudança de comportamentos e atitudes ficam assim bloqueados e muito mais impermeáveis. A dificuldade de acesso a manifestações culturais, por exemplo, são enormes, agravado pelo fato da maior parte destas iniciativas serem promovidas pela autarquia e como tal acontecem em espaços sedeados na sede de concelho, locais com condições para aglomerados populacionais.

Urge assim definir um conjunto de medidas de incentivo à fixação da população, sobretudo à população mais jovem.

3. A desertificação de alguns espaços está também relacionada com a redução da **natalidade.** Desde 1982 que, em Portugal a renovação da população está em risco.

A taxa de natalidade relaciona o n.º de nascimentos, por 1000 habitantes. A situação no concelho, relativamente ao país e aos Municípios vizinhos, é semelhante, ou seja a natalidade tem vindo a decrescer em toda a região. Trata-se de uma situação deveras preocupante, pois está em causa a renovação da população. O concelho de Arouca, em particular, tem perdido muitas crianças. A conjuntura atual nos seus diversos níveis e a emigração são fatores a ter em consideração e implicam uma necessária mudança de politicas nacionais e locais de incentivo à natalidade.

No que concerne à emigração e de acordo com informação do INE, o saldo migratório – diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) no concelho de Arouca é negativo. Saiu mais população emigrante do que entrou. Em 2011, na região EDV a situação carateriza-se da seguinte forma:

Quadro 24: Saldo migratório no EDV

Arouca	O. Azemeis	SM Feira	SJMadeira	V Cambra
-128	-46	303	4	-58

Fonte: INE

De acordo com o INE, o fenómeno (e)migratório no concelho de Arouca destacou-se bastante dos demais concelhos da região EDV, com uma perda acentuada de população que saiu (emigrou).

Em 2012, segundo o INE, a taxa de natalidade, em Arouca, era de 8,5 crianças por 1000 habitantes, valor inferior ao registado no país, mas superior ao registado na região norte e região do EDV na sua globalidade. Em termos do EDV e analisando os municípios separadamente, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra apresentam uma natalidade ainda mais reduzida.

Quadro 25: Taxa bruta de natalidade

Território	Taxa Bruta de Natalidade						
	1981	1995	2001	2009	2010	2011	2012
Portugal	15,5	10,7	10,9	9,4	9,6	9,2	8,5
Continente	15,3	10,5	10,8	9,4	9,6	9,1	8,5
Norte	17,5	11,7	11,2	8,8	8,9	8,5	7,8
Entre Douro e Vouga	17,5	11,8	10,9	8,5	8,7	8,4	7,7
Arouca	19,5	11,6	9,9	9,5	9,2	8,7	8,2
Oliveira de Azeméis	16,8	11,9	10,3	7,6	7,6	7,6	6,6
Santa Maria da Feira	17,2	11,9	11,7	8,8	9,3	8,9	8,3
São João da Madeira	18,2	13,0	11,5	9,7	9,0	8,6	8,3
Vale de Cambra	17,9	10,7	9,1	7,0	7,7	6,7	6,5

Fonte: PORDATA (com base no INE – Censos da População 2011)

Para percebermos melhor a realidade do concelho, passamos analisar os nados- vivos, por freguesia de residência da mãe. Desta forma, conseguimos ter uma perceção mais real dos nascimentos registados pelas freguesias.

De salientar, que em Albergaria não nasceu nenhuma criança, no período 2010-2012 e o número reduzido de nascimentos nas freguesias de Alvarenga, Canelas, Espiunca, Fermedo, Rossas, Várzea, são também uma preocupação.

Quadro 26: N.º de nados vivos, por freguesia de residência da mãe

Freguesias	2012	2011	2010
Albergaria da Serra	**0**	0	0
Alvarenga	**4**	7	6
Arouca	**37**	39	34
Burgo	**22**	16	13
Cabreiros	**1**	1	0
Canelas	**6**	3	10
Chave	**18**	9	8
Covelo de Paivó	**0**	0	1
Escariz	**14**	20	30
Espiunca	**2**	3	2
Fermedo	**4**	12	12
Janarde	**1**	1	0
Mansores	**9**	12	9
Moldes	**11**	8	8
Rossas	**6**	11	16
Santa Eulália	**17**	22	17
S. Miguel do Mato	**4**	7	8
Tropeço	**12**	12	13
Urrô	**10**	6	13
Várzea	**3**	5	6
TOTAL	**181**	**194**	**206**

Fonte: INE

Em 2012, nasceram em Arouca 181 nados- vivos, sendo que o grande número de nascimentos veio do grande grupo etário 25/39 anos, com especial enfoque nos 30-34 anos, o que revela que Arouca não é exceção quanto ao tardio nascimento dos filhos.

A título de curiosidade, mas que nos ajuda a perceber a dimensão do problema, no mesmo ano 2012, registamos 111 óbitos, à qual se atribuiu uma taxa de mortalidade de 10.0‰. A taxa de mortalidade infantil no mesmo ano, foi de 16.6‰. [8]

[8] A taxa de mortalidade infantil é um indicador (em permilagem) que relaciona o número de óbitos com menos de 1 ano com o total de nascimentos. De acordo com a informação do INE, o número de óbitos infantis foi 1 em 2011 e 3 em 2012; e os nascimentos 194 em 2011 e 181 em 2012.
Assim, no município de Arouca a TMI foi de 5,2 ‰ e de 16,6 ‰ em 2012.

As consequências demográficas têm forte impato nas comunidades, pois está em causa o envelhecimento e renovação da população, juntando-se as consequências de ordem económica, o aumento das despesas com a Segurança Social começando o sistema a ser financeiramente insuportável.

Localmente, a falta de crianças assume outros impactos sociais que se traduzem entre outros no encerramento das escolas primárias e a concentração em pólos escolares, fora dos locais de residência. Esta situação obriga à deslocação das crianças para freguesias vizinhas gerando desde logo um handicap na fixação da população. Futuramente a baixa natalidade terá certamente impato na ocupação destes pólos escolares, uma vez que as projecções demográficas ditam a diminuição da natalidade.

A baixa natalidade em Arouca retrata a conjuntura do país e as dificuldades com que os pais se deparam para poder proporcionar economicamente e socialmente alguma qualidade de vida aos seus filhos. O território não regista condições de atratividade que permita aos mais jovens instalarem-se e aumentarem o seu agregado familiar, pois a capacidade de criar emprego é reduzida, os acessos e linhas de transporte são deficitários, o acesso à cultura é precário, aliado à mudança de condição de vida da mulher, que procura cada vez mais a inserção laboral e isso condiciona a disponibilidade para ter filhos. A par destas situações acresce ainda a falta de estruturas de apoio, nomeadamente creches, em determinadas freguesias, pelo que o acesso a estas respostas carece de recurso a carro próprio.

4. **O encerramento de escolas**, tem levado a profundas alterações da rede escolar. Recorrendo ao projeto educativo municipal, e tendo como baliza temporal 2005-2012, foram encerrados 44 estabelecimentos do 1ºCEB, devido ao diminuto número de alunos que estes apresentavam. Em contrapartida, foram construídos seis Pólos Escolares – Burgo, Rossas, Chave, Escariz, Fermedo e Canelas, que receberam os alunos das escolas desativadas, oferecendo-lhes “melhores condições de ensino”. Alguns dos edifícios onde funcionavam as escolas que foram encerradas foram cedidos para a utilização de entidades locais. No quadro abaixo segue informação referente ao processo de encerramento de escolas.

Quadro 27: Escolas EB1 – concelho de Arouca

FREGUESIA	ESCOLA	ESTADO
Albergaria da Serra	Albergaria da Serra	Cedida
Alvarenga	Noninha	Cedida
	Bouças	Encarrada
	Paço	Em funcionamento
	Várzeas	Encerrada
	Vila Nova	Cedida
Arouca	EB1/JI de Arouca	Em funcionamento
Burgo	Soto	Cedida
	Porto Escuro	Cedida
	Pólo Escolar do Burgo	Em funcionamento
Cabreiros	Rio de Frades	Cedida
Canelas	Gamarão	Cedida
	Mealha	Cedida
	Pólo Escolar de canelas	Em funcionamento
Chave	Soutelo	Cedida
	Bouça	Vendida
	Tojal	Cedida
	Pólo Escolar de Chave	Em funcionamento
Covelo de Paivó	Covelo de Paivó	Cedida
	Regoufe	Encerrada
Escariz	Nabais	Vendida
	Cruzeiro	Cedida
	Gestosa	Cedida
	Pólo Escolar de Escariz	Em funcionamento
	Ver	Vendida
Espiunca	Espiunca	Cedida
	Vila Viçosa	Cedida
	Vila Cova	Cedida
Fermedo	Carvalhal redondo	Cedida
	Cabeçais- JI	Vendida
	Parameira	Vendida
	Cabeçais EB	Cedida
	Mosteiro	Cedida
	Silveiras	---
Janarde	Telhe	Encerrada
Mansores	Serra de Vila	Em funcionamento
	Mansores	Agras
Moldes	Fuste	Cedida
	Bustelo	Cedida
	Paços	Em funcionamento
	Ponte Telhe	Em funcionamento
Rossas	Provesende	Cedida
	Pólo Escolar de Rossas	Em funcionamento
S. M. Mato	Lazaro	Encarrada
	Belece	Cedida
	JI Belece	Em funcionamento
Santa Eulália	S. Mamede	Cedida
	Parada	Encerrada
	S.M. Monte	Encerrada
	Boavista	Em funcionamento
Tropeço	S. João	Encerrada
	Bacelo	Encerrada
	Ribeira	Vendida

Urrô	Lourosa de Matos	Cedida
	Urrô	Cedida
	Merujal	Encerrada
	Souto Redondo	Encerrada
Varzea	Socorrais	Cedida

Fonte: projeto educativo municipal

O projeto educativo Municipal dá ainda nota que os estabelecimentos de 1ºCEB possuem taxas de ocupação inferiores a 90%, sendo que apenas os Jardins-de-infância de Arouca, Burgo e Moldes apresentam taxas de ocupação de 100%. Quanto aos estabelecimentos com menores taxas de ocupação, pode-se salientar a EB1 da Boavista, a EB1 de Paços – Moldes, a EB1 do Pólo Escolar de Chave, a EB1 do Pólo Escolar de Escariz e a EB1 do Pólo Escolar de Rossas, todos eles com taxas de ocupação inferiores a 50%.

Quadro 28: Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino

ESTABELECIMENTO	Capacidade	Alunos	Taxa de Ocupação
EB1 Arouca	175	155	89%
EB1 da Boavista	150	72	48%
EB1 de Paços Moldes	50	24	48%
EB1 de Ponte Telhe	50	26	52%
EB1 de S. João	50	39	78%
EB1 de Serra de Vila	50	37	74%
EB1 do Paço - Alvarenga	50	30	60%
JI Arouca	75	75	100%
JI Bacelo	25	19	76%
JI Belece	25	21	84%
JI Boavista	50	38	76%
JI Casal	25	21	84%
JI de Moldes	25	25	100%
JI Paço Alvarenga	25	11	44%
Pólo Escolar Canelas	75	47	63%
Pólo Escolar Canelas JI	25	16	64%
Pólo Escolar de Chave 1.º CEB	150	52	35%
Polo Escolar de Chave JI	50	45	90%
Pólo Escolar de Escariz 1.º CEB	225	94	42%
Polo Escolar de Escariz JI	75	42	56%
Pólo Escolar do Burgo 1.º CEB	225	130	58%
Pólo Escolar do Burgo JI	50	50	100%
Pólo Escolar Fermedo	150	81	54%
Pólo Escolar Fermedo JI	50	37	74%
Pólo Escolar Rossas	200	90	45%

Pólo Escolar Rossas JI	50	48	96%

Fonte: Projeto educativo Municipal

As mutações demográficas têm tido um efeito considerável nas escolas concelhias e refletem a quebra demográfica sentida em determinadas freguesias. São ainda agravadas pela vaga migratória que o território registou recentemente. Mais uma vez referimos que o território e o país necessitam de medidas de promoção da natalidade.

5. **O empreendedorismo** encarado como empoderamento de uma comunidade foi entendido pelos parceiros da rede social como um fator a ter em conta no processo de desenvolvimento social e que deverá haver uma maior sensibilização para a aposta em produtos locais, potenciando o que o território tem de melhor. Anteriormente este aspeto já foi focado enquanto veículo de promoção da empregabilidade local.

O empreendedorismo carece ser potenciado, enaltecendo o surgimento de coisas novas e criativas. Esta aposta deveria surgir acompanhada de uma maior e melhor utilização/ potenciação de produtos locais. Podemos apontar como exemplo, o projeto agrícola a funcionar na central de camionagem e que tem por fundamento proporcionar o escoamento de produtos agrícolas e seus derivados, produzidos localmente. No entanto, o empreendedorismo local e aposta em produtos locais, depara-se com a barreira da falta de escoamento dos produtos, pois o mercado interno não é suficiente para a sustentabilidade de novos produtos e o número de consumidores externos é reduzido.

O turismo não apresenta ainda um desenvolvimento que permita assegurar os postos de trabalho desejáveis, e a conquista de mercado externos a Arouca carece de ser trabalhado com os potenciais empreendedores que não disponhem, grande parte das vezes conhecimentos, ao nível económico, contabilístico, marketing e mercados que lhes permita sustentar o próprio negócio. Urge assim, potenciar o empreendedorismo numa lógica de educação, mas também de ferramenta de apoio para o surgimento de projetos inovadores, com cooperação em domínios diversos. A orientação e estratégia turística em volta do Arouca Geoparque pode ser uma um importante atrativo a desenvolver, apostando em produtos agro- alimentares de grande qualidade que integram a gastronomia local (estratégia e plano ação EDV 2020). De acordo com o mesmo documento “é importante prosseguir a estruturação da oferta turística ao nível dos recursos patrimoniais, naturais, industriais, culturais e criativos já razoavelmente identificados mas ainda longe de serem otimizados.”

O desenvolvimento turístico aliado às potencialidades naturais do concelho são uma mais valia, falta todavia impulsionar toda uma dinâmica empreendedora, onde as politicas locais tem que ter um papel crucial.

6. A parca **rede de transportes** dificulta a mobilidade interna e externa, estando demasiado associada à utilização de carro próprio e do transporte público, este muito dependente do calendário escolar. Acresce o fato das viagens em termos de transportes públicos serem escassas e dispendiosas, o que agrava o isolamento da população e a sua capacidade de deslocação para a satisfação de necessidades. De acordo com as "estratégias de ação EDV 2020 "o risco de concentração da procura num único modo de transporte e a falta de alternativas, penalizam fortemente a mobilidade das pessoas e mercadorias e, por arrastamento, a competitividade das pessoas, das organizações e das próprias cidades (…)".

Em termos de rede viária a situação é igualmente difícil. Segundo informação do plano diretor municipal, a acessibilidade ao concelho de Arouca assenta numa estrutura formada pela N224, que atravessa o território de norte a sul, e que no Plano Rodoviário Nacional corresponde ao IC35; pela N327/ N326, principal eixo de penetração no concelho desde o litoral, estruturando o *fundo do concelho* até à sede e daí, com características bastante deficitárias, através da Serra da Freita para S Pedro do Sul; e pela N225, que no Plano Rodoviário Nacional é designada por ER225, ligando Arouca a Alvarenga e Castro Daire. Arouca localiza-se no interior de um quadrilátero formado pelos eixos norte -sul no litoral (A1 e IC2), pelo IP5 a sul, pelo IP3 a nascente e pelo vale do Douro, a norte. O seu território está, apesar da proximidade geográfica a estes grandes eixos, mal conectado com eles. Neste sentido, afigura-se decisiva a melhoria (já iniciada) da ligação da sede do concelho ao IC2 e à A1, através da Via Estruturante do Concelho.

Quanto às acessibilidades internas, em parte elas podem assentar também na estrutura viária principal acima referida, dada a concentração do povoamento nas áreas mais excêntricas de montanha. Esta solução, no entanto, não será (pela sua baixa densidade e pela sua qualidade) suficiente para evitar a marginalização de importantes parcelas do território. A rede viária municipal é, como consequência da dimensão e configuração do território, muito extensa, não está completamente asfaltada e não oferece, na sua generalidade, condições de conforto e segurança.

Acresce que a rede de transportes colectivos se reduz praticamente à que suporta os transportes escolares.

As dinâmicas demográficas e a baixa mobilidade da população residente na faixa mais interior do concelho não parece tornar fácil a decisão de promover investimentos (necessariamente avultados) na melhoria substancial da rede viária, pelo que se afigura inevitável que o prazo para correcção desta situação venha a ser bastante alargado. Tal não impede, todavia, que este domínio se mantenha como prioritário para a intervenção municipal e que algumas medidas correctivas devam ser tomadas.

7. A **mobilidade e acessibilidade** para todos deve ser tida em conta no sentido de tornar Arouca um território inclusivo. A eliminação de barreiras arquitetónicas, que facilite a mobilidade de todos, deve ser uma preocupação de todos os agentes locais. A sensibilização tem que necessariamente passar pelas entidades públicas na melhoria dos acessos a serviços/ espaços públicos, mas também aos particulares prevenindo situações futuras de menor mobilidade. Esta problemática carece ainda de maior importância e terá que passar necessariamente por campanhas de sensibilização à comunidade, tendo em conta o crescente envelhecimento populacional e a necessidade de se facilitar o acesso a todas as franjas que de uma forma ou outra têm dificuldade de locomoção. A facilitação de acesso aos diversos locais e serviços, para todos é fundamental.
A esse respeito a autarquia procedeu a intervenções na zona urbana mais central, no sentido de atenuar algumas barreiras arquitetónicas e assim facilitar o acesso a quem tem mobilidade reduzida. Este conceito de mobilidade para todos já se aplica a todos os novos projetos.

8. A definição de politicas de atratividade para o território tem que ser implementadas de uma forma profunda, sustentável e com prespetiva estratégica ao desenvolvimento interno e externo do território.
Face às considerações anteriores, sugerimos que a aposta no desenvolvimento do território passe pela definição de politicas que permitam melhorar as lacunas anteriormente identificadas, potenciado estratégias / **políticas de atratividade para o território**, com especial incidência no impulso à fixação da população mais jovem e da melhoria da qualidade de vida dos residentes.
Desenvolver uma rede de transportes que vá ao encontro das necessidades da população, tornando-a menos influenciado pela época escolar e que abranja as zona industriais e se possível dar resposta a um estrato da população mais idosa, criando um modelo de transporte com cariz social e ajustado à sua condição de vida.

9. A **falta de médicos de família** carece de intervenção urgente, pois afeta a qualidade de vida das população e põe em causa a consequente capacidade institucional para organização de políticas de saúde publica que trabalhem essencialmente a prevenção e educação para a saúde. De acordo com dados disponibilizados pelo Centro de Saúde de Arouca, estão registados nesta unidade de saúde 16043 utentes, dos quais 7919 não têm médico de família e ficam privados dos mais importantes cuidados primários.

O apoio médico é basilar na qualidade de vida dos indivíduos e a sua falta é ainda mais sentida pelos grupos vulneráveis que não dispondo de condições para recorrer aos serviços privados se vêem muitas vezes descurados de um bem de primeira necessidade.

Procuramos obter mais informação, junto do ACES Feira/Arouca, para melhor caraterizar a situação concelhia ao nível da saúde, mas a informação não foi devolvida.

Conforme informação do INE, em 2011, haviam cerca de 3,7 enfermeiros por 1000 habitantes e 1 médico por mil habitantes. Caraterizam ainda o território a existência de 1 centro de saúde sem internamento, 4 extensões de saúde ao qual estavam afetos 9 médicos, 23 enfermeiros e 30 outros colaboradores.

10. **O associativismo local** é um instrumento a accionar para ultrapassar ou atenuar estas dificuldades. Apoiar o associativismo procurando assim envolver a comunidade e diminuir o fosso cultural entre gerações. Arouca dispõe de um número considerável de associações, embora muito vocacionadas para atividades culturais, recreativas e principalmente desportivas. O Município tem identificado aproximadamente 50 associações, sendo a sua grande maioria com intervenção desportiva, cultural e recreativa. Seria de todo importante um trabalho de capacitação do associativismo no sentido de potenciar e sensibilizar para outras áreas de intervenção que não apenas as vertentes enumeradas, respondendo assim às necessidades da população local, sobretudo a mais isolado da sede do território, onde as associações locais poderiam marcar a diferença. Contudo, o trabalho de capacitação das associações locais, deve igualmente ser desenvolvido junto da comunidade, no sentido de sensibilizar/ apelar a uma maior participação, nas atividades organizadas e nos próprios órgãos diretivos.

Em suma, o concelho de Arouca à semelhança de outros locais do país assiste ao envelhecimento progressivo da população, bem como a situações de desertificação humana e territorial. Regista baixos níveis de atratividade para a fixação de jovens, baixa dinâmica de criação de empresas e

emprego. São situações propícias ao surgimento de situações de vulnerabilidade e exclusão social de determinados segmentos populacionais.

Desafios:

- alargar o abastecimento de água publica e águas residuais;
- criar politicas de atratividade para o território, sobretudo apoio à fixação da população jovem;
- baixa natalidade/ envelhecimento populacional;
- melhorar rede de transportes e acessibilidade para todos;
- melhorar o acesso ao médico de família;
- apoiar o associativismo local;

2.3 – DEPENDÊNCIAS

A definição de dependência remete-nos para a perda de controle no consumo do produto. A dependência é uma utilização inadequada de uma droga por quem a consome, provocando a necessidade física e/ou psicológica, dessa substância viciante.
Existem dois tipos de dependência:

- ***A dependência psicológica*** – traduz- se pela falta e desconforto que acorre quando o produto a que o indivíduo está acostumado, não está disponível no imediato.
- ***A dependência física*** –traduz-se pela habituação do organismo ao produto e a necessidade de ter droga.[9] Manifesta-se por sintomas físicos, ex. transpiração abundante, taquicardia, queda de tensão arterial.

Na problemática das dependências incluiremos as questões associadas ao consumo excessivo de álcool e drogas, sendo estas elencadas pelos parceiros como situações a ter em linha de intervenção. O álcool numa prespetiva associada à comunidade em geral e o consumo de drogas principalmente ligado ao contexto escolar e juvenil.

Relativamente aos consumos de álcool e drogas, os dados que sustentam esta problemática no concelho são escassos. Acerca do álcool e de acordo com CRI – Porto, deveremos considerar a estimativa de 2005, do Centro regional de Alcoologia do Centro/ Coimbra - Centro de alcoologia Regional do Centro, já apresentada no Diagnóstico Social anterior, em que se registavam, em Arouca, 2840 bebedores excessivos e 2110 doentes alcoólicos. Situação que corresponde a aproximadamente 20.5% da população residente afectada com este problema.
Tentamos obter outros dados, por parte de outras entidades concelhias. No entanto, a problemática é observada, é diagnosticada como preocupante, mas não é registada.
Tentamos perceber a problemática do consumo de substâncias ilícitas e álcool junto dos agrupamentos de escolas concelhios, mas não recebemos informação.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco identifica, conforme dados disponíveis em Maio de 2014, e num contexto de 68 processos ativos 21 sinalizações com a problemática do álcool e drogas associado.

[9] In consumo ilícito de drogas – gabinete de planeamento e de coordenação do combate à droga/ projeto VIDA.

No ano de 2013, as entidades policiais, nomeadamente a GNR de César, identificou 1 residente na freguesia de Mansores, por consumo de estupefacientes. Não recebemos informação relativa à GNR de Arouca.

Conforme indicação do retrato social do EDV, a problemática das dependências é transversal ao território.

Quadro 29: N.º de utentes em tratamento no CRI Porto Central
(Problemas ligados ao Álcool e Outras Substancias Psicoativas) - 2012

Território	N.º de Utentes em Tratamento no CRI Porto Central (P.L.A e O.S.P.A.)
Entre Douro e Vouga	901
Arouca	47
Oliveira de Azeméis	215
Santa Maria da Feira	474
São João da Madeira	131
Vale de Cambra	34

Fonte: Centro de Respostas Integradas do Porto Central

Em 2012, 47 utentes, residentes em Arouca, frequentaram tratamento no âmbito de problemas ligados ao álcool e consumo de substâncias psico- ativas. Juntamente com Vale de Cambra, são os Municípios onde o número de utentes em tratamento é substancialmente menor. Poderão estar associadas a esta questão as características rurais do território e o fácil acesso ao álcool. O consumo de bebidas alcoólicas é em grande parte realizado na própria residência. É um ato social, bem aceite, ainda pouco estigmatizador e ainda não encarado como problemática pelos bebedores e familiares próximos.

De acordo com o CRI – Porto Central, em 2012, 47 utentes residentes em Arouca, estiveram em tratamento, dos quais 28, por consumo de substâncias psico- ativas e 19 por problemas ligados ao álcool. Acresce ainda o problema da falta de consulta de alcoologia, para orientação médica e encaminhamento para organismos superiores, se necessário. Desde 2009 que o Centro de Saúde local não dispõe dessa consulta.

Quadro 30: Utentes em Tratamento no CRI Porto Central, residentes em Arouca

Território	Distribuição dos Utentes em Tratamento no CRI Porto Central (P.L.A e O.S.P.A.), segundo o Tipo de Inscrição
Arouca----------47	
Consumo de outras substâncias psicoativas	28
Problemas ligados ao álcool	19

Fonte: retrato social do EDV/ 2014

Os utentes indicados no quadro anterior, caracterizam-se como sendo maioritariamente do sexo masculino, têm mais de 35 anos, com especial destaque para idade superior a 45 anos. Quanto à ocupação profissional há um misto entre o desemprego, sendo este de longa duração e o trabalho estável, regular.

Apesar desta ligeira caraterização, esta problemática vem sendo apontada, pelo setor social, como de grande gravidade, sobretudo pela falta de meios para a atenuar. Com o intuito de se intervir nesta área e ao abrigo de anteriores diagnósticos sociais e respetivos planos de ação, elaborou-se o plano municipal de prevenção das dependências, para trabalhar o consumo de álcool e drogas. De salientar, o trabalho que se procurou fazer com os agrupamentos de escolas concelhios, no sentido de transpor para o contexto escolar, estratégias assentes no treino de competências e prevenção em sala de aula. No entanto, não foi possível por agenda e obrigações escolares dar seguimento a esta pretensão. A única resposta conseguida até então, foi para o problema do álcool, através do projeto RE(AGIR), promovido pelo AROUCAINCLUI/ ADRIMAG, ao abrigo do projeto CLDS+ em parceria com autarquia local. Esta resposta está no terreno desde 16/10/2013 e em Maio/14 acompanhava 14 utentes em consulta psicológica. Este projeto, parece-nos ser uma resposta importante a manter, pois alia todo um trabalho de motivação e encaminhamento para tratamento.

À semelhança deste projeto falta uma equipa/ projeto que dê resposta ao nível do consumo de substâncias ilícitas e que tenha uma forte intervenção ao nível do público escolar e população mais jovem.

Desafios:

- consumo excessivo de álcool/ manutenção do projeto (re)agir

- projeto de prevenção de consumo de substâncias ilícitas.

2.4- **POPULAÇÃO SÉNIOR**

A problemática da população sénior será, conforme concertado em reunião de CLAS, trabalhada ao abrigo do plano gerontológico municipal. Documento que foi criado em estreita articulação com o Núcleo Executivo e CLAS e que será tido em linha de conta, como documento orientador para a problemática da população sénior.

Entendemos que desta forma estamos a colocar em prática uma dos princípios estruturantes da rede social, isto é a articulação com outros documentos orientadores do desenvolvimento social do território.

O documento fará parte integrante deste diagnóstico.

2.5- DOENÇA MENTAL

De acordo com a DGS (2012, 2013) é evidente que as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se tornaram a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura, principalmente nos países ocidentais industrializados. Salientam que o estudo *"The Global Burden of Disease"* constatou que na Europa as perturbações psiquiátricas eram responsáveis por 40% dos anos vividos com incapacidade, destacando-se claramente entre as 10 principais causas gerais de incapacidade a depressão, alcoolismo, esquizofrenia, distúrbios bipolares e a demência.

A última revisão publicada deste estudo (2010) refere que as perturbações depressivas eram já a 3ª causa de carga global de doença, estando previsto que passem a ser a 1ª causa a nível mundial em 2030, com agravamento plausível das taxas correlatas de suicídio e para-suicídio.

Portugal tem uma das mais elevadas prevalências de doenças mentais na Europa. Uma percentagem importante das pessoas com doenças mentais graves permanecem sem acesso a cuidados de saúde mental, e muitos dos que têm acesso continuam a não beneficiar dos modelos de intervenção hoje considerados essenciais (DGS, 2012).

A Saúde Mental apresenta 5 patologias no *ranking* das entidades nosológicas responsáveis pela maior incapacidade para a atividade produtiva e psicossocial: a depressão major (em lugar cimeiro), os problemas ligados ao álcool, as perturbações esquizofrénicas, as doenças bipolares e as demências.

O suicídio frequentemente relacionado com perturbações mentais é mais preocupante na população com idade igual ou superior a 70 anos, na qual se registou 21,4 óbitos por 100 000 habitantes em Portugal Continental, em 2011.

O consumo de substâncias psicoativas como a canábis gera preocupação, sobretudo em relação aos valores elevados verificados nos alunos do secundário, face à evidência científica atual do risco psicótico também associado à menoridade.

As psicoses constituíram um dos principais motivos de internamento associado às perturbações mentais.

O conhecimento de utentes com perturbações mentais em Cuidados de Saúde Primários carece de maior adesão ao registo informático, com consequente melhoria da informação disponível e do conhecimento da realidade nacional.

Os dados do 1.º estudo de prevalência de perturbações mentais colocam Portugal no lugar cimeiro entre os países europeus analisados, quanto à prevalência das doenças mentais (22,9%).

O consumo de mais antidepressivos por perturbações depressivas é superior à média da UE (55% em Portugal e 51% na UE). Por outro lado, o consumo de antidepressivos por perturbações ansiosas é na ordem dos 47% (41% na UE). O atual modelo de intervenção em Saúde Mental, baseado na integração dos serviços de saúde mental nos de saúde geral, suportado em equipas comunitárias multidisciplinares articuladas com os Cuidados de Saúde Primários, é considerado pela UE e a OMS como o modelo com maior eficácia e mais económico.

No Concelho de Arouca, não foi realizado nenhum estudo que permita a comparação com os dados nacionais. No entanto, dados fornecidos pelo CHEDV referem que no ano 2013 foram acompanhados 368 utentes em consultas de psiquiatria e psicologia residentes no concelho de Arouca.

O CHEDV informou também que não tem unidade de internamento, sendo a resposta conseguida no Hospital de Magalhães Lemos. Acresce a este facto os utentes que já eram anteriormente acompanhados no Centro Hospitalar Baixo Vouga (CHBV) ou no Centro Hospitalar de Coimbra (CHC).

O ACES Entre Douro e Vouga I, Feira/Arouca não disponibilizou dados estatísticos até ao momento.

A informação recolhida entre os técnicos das entidades locais, permitiu identificar mais de 40 utentes com diagnóstico de esquizofrenia.

As perturbações psiquiátricas têm um efeito direto e específico associado à doença, mas também um efeito indireto relacionado com outras situações clínicas e de estilos de vida disfuncionais, tais como as doenças cardiovasculares, as doenças metabólicas, os consumos de substâncias, os acidentes de viação e os acidentes laborais.

A magnitude deste impacto resulta não só da ampla prevalência das perturbações psiquiátricas, mas também do facto de uma significativa proporção dos indivíduos iniciar tarde o tratamento, ou não ter sequer acesso a cuidados adequados às suas necessidades.

Sabe-se hoje que os custos diretos e indiretos associados às perturbações psiquiátricas, decorrentes das despesas assistenciais e da diminuição da produtividade (desemprego, absentismo, baixas por doença, apoio a familiar doente), têm um enorme impacto económico nos orçamentos públicos, podendo atingir cerca de 20% de todos os custos da saúde.

A saúde mental é imprescindível ao desenvolvimento social e económico das comunidades. Envolver as comunidades no desenho e desenvolvimento de planos locais de promoção da saúde mental é um importante desafio para garantir mais e melhor saúde mental a cada comunidade (Gomes & Loureiro, 2013).

O Instituto da Segurança Social, no seu Guia Prático – Apoios sociais – Pessoas com Doença do Foro Mental e Psiquiátrico, enquadra um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social para pessoas com doenças mentais ou psiquiátricas em situação de carência e desigualdade socioeconómica, dependência e vulnerabilidade social, com o objetivo de promover a autonomia, a integração social e a saúde. Existem 4 tipos de respostas: Fórum Socio-ocupacional, Unidade de Vida Autónoma, Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Protegida.
Na região do EDV esta área tem sido identificada como prioritária ao abrigo da Estratégia e plano de ação EDV 2020, numa resposta articulada entre os cinco municípios.
Ao nível do Município de Arouca, o AroucaInclui através do Projeto "Mente Sã em Corpo São" identificou a necessidade de intervir ao nível das patologias mentais. Para tal agiu junto das entidades locais com o objetivos de sensibilizar as entidades para a intervenção na área da doença mental. Apesar do interesse manifestado pelas entidades e de todos considerarem fundamental a intervenção nesta área, nenhuma entidade avançou com projetos específicos.
É também relatado pelas IPSS´s que, na ausência de outras respostas os utentes são incluídos nas valências existentes. Atualmente encontram-se 2 utentes na Santa Casa da Misericórdia e 5 na Casa do Povo de Alvarenga, com diagnóstico de esquizofrenia incluídos na Valência de Lar. Esta situação não só provoca alterações na dinâmica do Lar, mas principalmente se comprova que não é uma resposta específica e adequada para estes utentes.
A visão dos técnicos, principalmente da psicologia, que diariamente contactam com as populações e que conhecem a realidade, é fundamental e permite uma perceção mais adequada da realidade. Numa reunião em que estiveram presentes psicólogos e assistentes sociais que trabalham nas instituições do concelho concluiu-se que a doença mental e os problemas associados, nomeadamente o álcool, são de facto um problema presente e que assume parâmetros cada vez mais preocupantes. Acresce a estes problemas a falta de retaguarda familiar que demonstra a necessidade de acolher em instituições utentes adultos com patologia mental, como a esquizofrenia.
Os técnicos sugerem como estratégia de resolução do problema, a criação de fóruns socio-ocupacionais e de grupos psicoterapêuticos.
Considerou-se fundamental a recolha de dados mais específicos, junto do Instituto de Segurança Social de forma a viabilizar a criação das respostas sociais adequadas.
Os grupos psicoterapêuticos foram considerados como resposta possível por parte dos técnicos.

Desafios:

- projeto de resposta na área da saúde mental;

2.6 – DINÂMICAS SÓCIO- FAMILIARES

O conceito de família tem sido abordado por diferentes teorias sociológicas, fruto da crescente necessidade de avaliar as diferentes dimensões da evolução desta estrutura. Contudo, continua a definir-se a família como pilar base da sociedade, responsável pela transmissão de valores, conhecimento, etc…mas este que deveria ser um pilar forte, por vezes enche-se de respostas negativas. Situações como falta de recursos, desemprego, conflitos conjugais, a violência, ausência parental, conflitos intergeracionais, a falta de tempos dos pais para acompanhar os filhos, falta de educação e formação, a dificuldade em impor regras e limites – perda de espaço da educação doméstica e o insuficiente cumprimento do papel de pais, afetam o tradicional conceito de família. Estes desequilíbrios no seio da unidade família, gera indivíduos desequilibrados.

Existem também aspetos que de forma indireta aumentam ou intensificam esse desequilíbrio, como a crise económica, a educação precária muito agravada pelo cada vez mais difícil acesso à cultura e ao emprego. De salientar, a atual exigência e competitividade do mercado de trabalho.

No concelho de Arouca e no seguimento do diagnóstico participado que se levou a efeito junto dos parceiros do CLAS existem diversos fatores que intervém na atuação das famílias e às quais o núcleo executivo entendeu pertinente agrupar em dinâmicas familiares. As principais preocupações sentidas, no que respeita às famílias dizem respeito à necessidade destas terem um acompanhamento permanente, procurando assim proporcionar-lhe algum equilíbrio, mecanismos que permitam intervir em questões como o insucesso escolar, a pobreza/ escassez de recursos que lhes limita a qualidade de vida. Outras questões como a dificuldade de gerir devidamente o tempo familiar, a falta de competências parentais, sobretudo a dificuldade dos pais em impor limites e a falta de higiene pessoal e doméstica continuam a ser preocupação.

As famílias disfuncionais ou multidesafiantes exigem que os diversos serviços de apoio social/ intervenção social procedam a um acompanhamento muito próximo destes agregados, procurando assim atenuar alguns desequilíbrios.

O atendimento / acompanhamento social é realizado pela Segurança Social- serviço local de Arouca¸ serviço ação social da Câmara Municipal e AICIA, com a colaboração das restantes instituições de solidariedade social.

Uma das dificuldades mais elencadas como vulnerabilidade das famílias é ausência de recursos económicos. Essa situação condiciona a qualidade de vida da população. São frequentes os pedidos de apoio social para fazer face a despesas básicas do quotidiano, ou então situações em que para fazer face a compromissos regulares, ficam muitas áreas a descoberto. Despesas como a renda de casa, luz e água são muitas vezes difíceis de suportar por determinados agregados. Acresce a estas despesas, encargos com medicina dentária, apoio para aquisição de óculos e medicação.

Das famílias com parcos recursos, são exemplos os beneficiários de RSI- rendimento social de inserção. Esta política, é um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por um **contrato de inserção** para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente e consiste num contrato, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional e uma **prestação em dinheiro** para satisfação das suas necessidades básicas (Guia prático – rendimento social de inserção). Esta politica é regulamentada pelo decreto- lei 70-2010 de 16 de Junho.

No ano de 2013, beneficiaram de RSI, 124 agregados, dos quais 277 indivíduos (119 sexo masculino e 158 sexo feminino).

Relativamente à tipologia de famílias beneficiária

Quadro 31: Tipologia das famílias beneficiárias de RSI

Isolada	Monoparental	Nuclear c/ filhos	Nuclear s/ filhos
46	29	31	14

Fonte: ISS- Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro

A maioria das famílias beneficiárias obedece à tipologia isolada, ou sejam compostas por apenas 1 elemento. Seguem-se as famílias nucleares com filhos.

O valor médio da prestação de RSI foi de 193.00€

A redução do número de beneficiários, tem sido notória, resultado sobretudo das diversas alterações legais da medida que contempla cada vez menos beneficiários. A título de exemplo, em Outubro de 2005, eram beneficiários 734 agregados familiares.

No entanto, a falta de recursos económicos não afeta apenas os agregados beneficiários de RSI. Existem agregados que por diversos motivos não se enquadram nas medidas de apoio social existente e pelos parcos recursos vivem situações complicadas, sobretudo agregados com filhos a cargo, alguns deles trabalhadores, mas cujo vencimento reduzido não lhes permite aceder a qualquer tipo de apoio.

Também os beneficiários de prestações sociais, são muito afetados pelos baixos recursos como os pensionistas, os beneficiários de subsídio de desemprego e outros.

De acordo com a Segurança Social, em 2012, os pensionistas eram 6784 beneficiários.

Quadro 32: Valor Médio Anual (€) das Pensões de Velhice, Invalidez e Sobrevivência - 2012

Território	Valor Médio Anual (€) das Pensões de Velhice, Invalidez e Sobrevivência		
	Velhice	Invalidez	Sobrevivência
Entre Douro e Vouga	5 114,66	4 276,22	2 627,27
Arouca	4 332,00	4 048,13	2 373,64
Oliveira de Azeméis	5 331,81	4 059,40	2 675,78
Santa Maria da Feira	5 114,83	4 350,30	2 608,34
S. João da Madeira	5 721,08	4 440,07	2 863,87
Vale de Cambra	5 073,56	4 483,19	2 614,72

Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

O valor médio das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, em Arouca, são inferiores aos verificados no país e na região do EDV. Estes valores, refletem certamente os baixos descontos efetuados pelos residentes no território, cuja principal atividade foi a agricultura.

A prestação social respeitante ao subsídio de desemprego deve ser vista em três situações: subsídio de desemprego, cujo valor médio é inferior aos restantes municípios da região; o subsídio social de desemprego, cuja prestação é bastante mais aproximada às regiões limítrofes e o subsídio social de desemprego subsequente que reflecte um valor médio ligeiramente superior aos restantes.

Quadro 33: Valor Médio Mensal (€) por Beneficiário, Sexo e Subsídio - 2013

Território	Valor Médio Anual (€) por Beneficiário, Sexo e Subsídio

	Tipo de Subsídio					
	Subsídio Desemprego		Subsídio Social Desemprego		Subsídio Social Desemprego Subsequente	
	H	M	H	M	H	M
Entre Douro e Vouga	2 587	2 300	1 867	1 771	1 945	1 938
Arouca	476	445	371	345	400	393
Oliveira de Azeméis	519	446	379	363	387	386
Santa Maria da Feira	510	469	368	349	390	393
S. João da Madeira	527	467	358	348	392	385
Vale de Cambra	555	473	391	366	376	381

Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

No que respeita ao subsídio de doença, verificamos a mesma situação. O valor médio da prestação recebida pelos arouquenses é inferior aos valores do país e da região EDV. Em média os homens recebem, €330.18 e as mulheres 252.24€ de subsídio de doença.

Quadro 34: Número de Beneficiários de Subsídio de Doença e Respetivo Valor Médio (€), por Sexo e Concelho de Residência – 2013

Territórios	Número de Beneficiários de Subsídio de Doença e Respetivo Valor Médio (€), por Sexo e Concelho de Residência			
	N.º Beneficiários		Montante Médio Mensal	
	H	M	H	M
Entre Douro e Vouga	5 933	8 136	393,49	276,31
Arouca	414	513	330,18	252,24
Oliveira de Azeméis	1 480	1 986	407,55	282,12
Santa Maria da Feira	3 096	4 327	377,67	261,23
S. João da Madeira	441	686	396,55	293,82
Vale de Cambra	502	624	455,49	292,12

Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Não podemos contudo resumir os parcos recursos das famílias, apenas aos beneficiários de prestações sociais. Como referido anteriormente constitui igualmente uma preocupação os

agregados familiares com poucos rendimentos, devido a baixos salários ou desemprego, mas que a legislação não lhes permite usufruir de apoio social, para colmatar tais necessidades.

Outro dos exemplos que podemos utilizar como referenciador dos baixos recursos económicos da população é o salário médio. Conforme indicação do INE, a média dos salários no concelho de Arouca é inferior relativamente aos restantes concelhos que compõem o EDV. A diferença é considerável. De salientar que o salário médio mais elevado é registado em Vale de Cambra.

Quadro 35: Salário médio na região do EDV

Arouca	Oliveira Azeméis	S. M.a da Feira	S. João da Madeira	V. Cambra
742.92	929.09	952.06	901.66	968.94

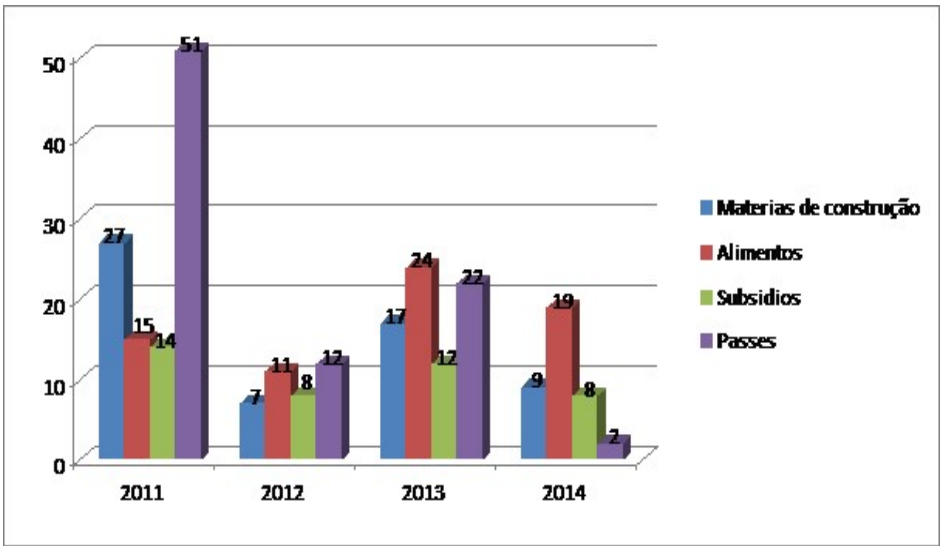
Fonte: INE

A autarquia, ao abrigo da concessão de apoios sociais tem proporcionado apoios diversos em áreas como materiais de construção para melhoria habitacional, apoio para alimentação, subsídios diversos, passes escolares e outros. Ainda em 2013 ao abrigo do PMES – plano emergência social da Área Metropolitana do Porto apoiou 76 agregados familiares em situações diversas.

Quadro 36: Caraterização dos apoios sociais/ Câmara Municipal de Arouca

	Materias de construção	Alimentos	Subsídios	Passes
2011	27	15	14	51
2012	7	11	8	12
2013	17	24	12	22
2014 (até 15/08)	9	19	8	2
Total	**60**	**69**	**42**	**87**

Fonte: Via Verde Social/ Câmara Municipal de Arouca



A habitação, continua a ser uma das áreas de maior carência das famílias e são prática comum as necessidades de apoio para melhoria habitacional. A situação é ainda mais precária e de difícil intervenção quando se trata de ocupação de "casas de caseiro". A procura de habitação é frequente. Existem ainda situações de ausência de wc, apesar das inúmeras intervenções, bem como se regista grande precariedade nas condições habitacionais. O alto valor praticado no mercado de arrendamento é também fator de vulnerabilidade habitacional.

No que diz respeito à habitação social o Município dispõe de 24 fogos, em regime de renda apoiada, estando estas habitações sedeadas nas freguesias de Arouca e Alvarenga.

Quadro 37: Caraterização da habitação social

Território	N.º de Contratos de Arrendamento de Habitação Social Existentes por Tipo de Contrato			
	2013			
	Total	Renda Social ou Apoiada	Propriedade Resolúvel	Outro
Arouca	24	X		

Fonte: CMA/DDS 2014

São constituídos por 16 e 8 blocos habitacionais respectivamente, todos ocupados em regime de arrendamento.

A **tipologia das habitações** dos bairros sociais divide-se em T2 e T3. O bairro social de Pade Alvarenga totaliza 8 fogos que se dividem em 2 habitações tipo T2 e 6 habitações tipo T3. No que respeita ao bairro social de S. Pedro/ Arouca, este totaliza 16 fogos com 8 habitações tipo T2 e 8 habitações tipo T3. Em ambos os casos trata-se de habitações geminadas, mas independentes.

As dificuldades elencadas para as famílias não são meramente económicas, afetam também outros domínios como a ausência de competências parentais, nomeadamente as dificuldades dos pais acompanharem os filhos e imposição de regras. Muitas dessas dificuldades sentidas pelas famílias no acompanhamento aos seus menores reflecte-se na atuação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arouca.

A falta de higiene pessoal e doméstica continua a ser uma problemática que carece de intervenção. Trata-se de uma questão já elencada em diagnósticos anteriores, objeto de diversas intervenções realizadas ao abrigo de projetos de índole social. Apesar destas intervenções, trata-se de uma área que continua a necessitar de intervenção social.

Como se verifica as dificuldades elencadas para as vulnerabilidades das famílias não são meramente sócio- económicas. Passam também por questões de ordem comportamental com reflexos na dinâmica familiar. A ausência de competências parentais que se traduzem entre outros aspetos na dificuldade dos pais acompanhar os filhos, na imposição de regras, etc…

As dificuldades das famílias em acompanhar os seus menores refletem-se na atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

No final de 2013, a CPCJ de Arouca tinha 167 processos abertos.

Quadro 38: N.º de Processos Instaurados, Reabertos e Transitados - 2013

Território	N.º de Processos Instaurados, Reabertos e Transitados		
	N.º de Processos Instaurados	N.º de Processos Reabertos	N.º de Processos Transitados
Arouca	63	23	81

Fonte: CPCJ de Arouca

De acordo com a mesma entidade, a grande maioria dos processos refere-se a situações de negligência, sendo necessário trabalhar junto dos pais medidas de promoção e proteção procurando assim atenuar o risco a que as crianças poderão estar sujeitas. A negligência parental surge associada à falta de competência dos pais para educar, supervisionar e responder às necessidades dos filhos menores, colocando em risco o seu bem-estar.

Outra problemática referenciada é o insucesso escolar. De acordo com o projeto Educativo Municipal, a taxa de insucesso escolar, no concelho foi, no ano lectivo anterior de 7.6%.
Por agrupamentos, verificamos que no mesmo ano lectivo no Agrupamento de Escolas de Arouca o insucesso escolar foi de 8.1% e no Agrupamento de Escolas de Escariz é de 5.4%.

Quadro 39: taxa de insucesso escolar

Agrupamento	Ano letivo	Matriculados		Retidos por insucesso (em percentagem)		
		Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	Total
Agrupamento de Escolas de Arouca	**2009-2010**	1239	1152	7,1%	4,2%	5,7%
	2010-2011	1140	1128	8,8%	5,6%	7,2%
	2011-2012	1170	1148	12,1%	6,4%	9,3%
	2012-2013	1149	1138	10,2%	6,1%	8,1%
Agrupamento de	**2009-2010**	353	352	5,3%	3,7%	4,5%

Escolas de Escariz	**2010-2011**	320	331	7,5%	2,1%	4,7%
	2011-2012	314	319	7,9%	3,4%	5,7%
	2012-2013	314	324	8,2%	2,7%	5,4%
Município de Arouca	**2009-2010**	1592	1504	6,7%	4,1%	5,4%
	2010-2011	1460	1459	8,4%	4,9%	6,7%
	2011-2012	1484	1467	11,3%	5,7%	8,5%
	2012-2013	1463	1462	9,7%	5,3%	7,6%

Fonte: Plano Educação Municipal

O insucesso regista-se maioritariamente no 2º e 3º CEB e verifica-se maioritariamente junto dos alunos do sexo masculino.

Os Agrupamentos de Escolas do município têm desenvolvido inúmeros projetos com o objetivo de promover o sucesso escolar dos seus alunos. Conforme indicação do projecto educativo municipal verificamos as seguintes estratégias.

Quadro 40: projetos de promoção do sucesso escolar

Agrupamento	Estratégias/Projetos
Agrupamento de Escolas de Arouca	Planos de Melhoria elaborados pelos Departamentos Curriculares Plano de Ocupação Integral do Horário dos Alunos Avaliação Diagnóstica Projeto "Mais Sucesso Escolar" Projeto "100% Inteligente" "Núcleo de Exames" - Preparação para os exames nacionais Prémios Escolares/ Publicitação de trabalhos escolares de mérito Medidas de apoio educativo de âmbito pedagógico/curricular
Agrupamento de Escolas de Escariz	Plano de Ação para a Matemática Plano de Ação para o Português Apoio pedagógico acrescido nas disciplinas de Português, Matemática e Inglês Tutorias em sala de aula Quadro de mérito/Quadro de excelência

Quadro 48: Quadro síntese com os principais projetos no âmbito da promoção do sucesso escolar.

Para além dos projetos dedicados essencialmente em apoiar os alunos que revelam mais dificuldades, também se observa a preocupação de valorizar e promover o sucesso educativo, através do reconhecimento público do mérito dos melhores alunos.

Na problemática Dinâmicas Familiares, o núcleo executivo entendeu pertinente incluir a questão da violência doméstica. De acordo com informação da GNR – Posto territorial de Arouca, registaram-se, em 2013, 26 situações de violência doméstica. As vitimas são maioritariamente sexo feminino e principalmente na faixa etária 30- 60 anos.

De acordo com a mesma fonte a maioria dos registos referem-se a mulheres doméstica.

Quadro 41: N.º de Vítimas de Violência Doméstica, por Sexo e Escalão Etário - 2013

Território	Guarda Nacional Republicana N.º de Vítimas de Violência Doméstica, por Sexo e Escalão Etário																	
	Total		0-10 anos		11-20 anos		21-30 anos		31-40 anos		41-50 anos		51-60 anos		61-70 anos		+ 70 anos	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Entre Douro e Vouga	55	363	1	0	2	14	7	55	12	100	17	96	8	55	5	30	3	13
Arouca	1	25	0	0	0	2	0	1	0	8	0	9	1	3	0	1	0	1
Oliveira de Azeméis	19	128	0	0	1	6	1	13	6	38	4	31	3	25	1	10	3	5
Santa Maria da Feira	33	171	0	0	1	6	5	31	6	43	13	45	4	26	4	15	0	5
São João da Madeira	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Vale de Cambra	2	37	1	0	0	0	1	10	0	10	0	10	0	1	0	4	0	2

Fonte: Comando Territorial de Aveiro da GNR

O concelho de Arouca não dispõe de qualquer projeto de apoio a esta problemática social, pelo que é urgente criar-se um mecanismo de apoio a situações de emergência mas também desenvolver ações ao nível da prevenção. De salientar, que a questão da violência deve igualmente incluir a violência no namoro.

Desafios:

- famílias multidesafiantes;

- parcas condições habitacionais;

- ausências de competências parentais;

- violência doméstica;

2.7 APOIO SOCIAL

O desenvolvimento do setor social, no concelho de Arouca tem sido notório. Surgiram novas IPSS´s que permitiram aproximar o apoio social às diversas freguesias, em valências diferenciadas no apoio à população.

Para esta situação muito contribuiu o programa PARES que impulsionou a construção de novos edifícios, distribuídos pelas freguesias. Até então, as instituições sediavam-se na freguesia sede de concelho, dificultando o apoio à população residente nas freguesias mais distantes e isso implicava que o apoio social fosse muitas vezes prestado com recurso a IPSS`s de concelhos vizinhos.

O aumento do apoio social é visível pela evolução das taxas de cobertura dos equipamentos sociais:

Quadro 42: Taxa de cobertura dos equipamentos sociais

Resposta social	Ano	EDV	Arouca	SMFeira	O. Azeméis	SJ Madeira	V Cambra
1ª infância	2011	40.6%	15.6%	36.6%	54.4%	67.7%	29.7%
C. Dia	2012	5.4%	4.2%	5.9%	5.5%	3.9%	5.0%
ERPI*	2012	5.8%	6.7%	4.8%	5.5%	11.1%	6.3%
SAD**	2012	4.3%	2.5%	4.2%	4.1%	3.8%	6.7%

1ª infância - creche e ama – pop residente com menos de 3 anos

Centro Dia – pop residente com idade entre 65 e 75 anos

ERPI – pop residente com mais de 75 anos

SAD – Pop residente com idade igual ou superior a 65 anos.

Fonte: centro Distrital de Segurança Social de Aveiro/ Jan 2014

* estrutura residencial para pessoas idosas

** serviço apoio domiciliário (idosos)

Conforme consta da carta social, no âmbito da **infância e juventude**, o município dispõe das seguintes respostas sociais:

- Creche,
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Lar de Infância e Juventude.

As instituições que apoiam estas áreas são:

Quadro 43: Instituições de apoio à infância e juventude

VALÊNCIA	FREGUESIA	INSTITUIÇÃO
CRECHE	Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga
	Arouca	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda
	Arouca	Santa Casa da Misericórdia de Arouca
	Burgo	Centro Social Paroquial de São Salvador de Burgo
	Escariz	Centro Social e Cultural de Fermedo/Escariz e Mato
	Mansores	Santa Cristina de Mansores
PRÉ ESCOLAR	Arouca	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda
CATL	Arouca	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda
	Burgo	Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca
Lar de infância e juventude	Arouca	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda
	Arouca	Centro Social Paroquial de São Salvador do Burgo de Arouca

Fonte: Carta Social

População adulta

O município dispõe de respostas direcionadas às pessoas idosas/em situação de dependência e pessoas adultas com deficiência, que se encontram especificadas no quadro abaixo.

Quadro 44: Instituições de apoio à população adulto

VALÊNCIA	FREGUESIA	INSTITUIÇÃO
Serviço de Apoio Domiciliário	Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga
	Arouca e Burgo	Santa Casa da Misericórdia de Arouca
		Centro Social Paroquial de São Salvador de Burgo
	Escariz	Centro Social e Cultural de Fermedo/Escariz e Mato
	Mansores	Santa Cristina de Mansores
Centro de Dia	Arouca e Burgo	C. Social e Paroquial de S. Salvador do Burgo de Arouca
	Escariz	Centro Social e Cultural de Escariz, Fermedo e Mato

	Mansores	Centro Social S.ta Cristina de Mansores
	Urrô	Centro de dia Eng. Afonso Brandão de Vasconcelos
LAR	Arouca e Burgo	Santa Casa da Misericórdia
	Alvarenga	Casa do Povo de S.ta Cruz de Alvarenga

Fonte: Carta Social

A AICIA depõe ainda da valência - atendimento e acompanhamento social, direcionado à população em geral.

Quadro 45: Instituições de apoio à população adulta portadora de deficiência

C. de atividades ocupacionais	Arouca e Burgo	AICIA C. Paroquial Rainha Santa Mafalda
Lar residencial	Arouca e Burgo	AICIA

Fonte: carta social do concelho de Arouca

Existem ainda IPSS´s que ainda não se encontram em funcionamento, a saber Centro Social de Chave, Centro Social de Canelas e Centro Social de Tropeço, mas que serão uma mais valia para o território em virtude do apoio social que venham a presta. Acresce ainda as respostas da instituição Semente de Futuro, sedeada em Chave, cuja intervenção se processa com base artística e propõe-se trabalhar crianças, jovens, adultos e seniores.

Para além destas respostas, os parceiros elencaram ainda que consideram a resposta creche insuficiente para as reais necessidades do concelho. Da leitura da informação disponibilizada pelas instituições locais podemos constatar que as creches sedeadas na freguesia de Arouca têm as vagas preenchidas e as restantes ainda têm vagas por preencher e a creche de Alvarenga ainda não iniciou funções. Verifica-se assim que a população tem dificuldade em beneficiar das creches sedeadas fora do centro urbano, principalmente por dificuldade de transportes, pelo que se

revela necessário, que as IPSS´s promovam esta resposta acompanhada com o serviço de transporte. É certo que a resolução deste handicap não é fácil de solucionar, mas pode colmatado através de parcerias institucionais. Até então, só o Centro Paroquial de Promoção Social promove esse transporte, abrangendo as valências creche, jardim-de-infância e ATL, mediante solicitação dos pais.

A lacuna do transporte para acesso a determinadas respostas sociais, verifica-se para além da valência creche, assinalando-se algumas situações que apesar de serem em número reduzido e dispersas por diversas freguesias, são situações sociais complexas que requerem intervenção social. Seria de todo o interesse um trabalho de articulação de esforços e sobretudo partilha de recursos entre IPSS´s, para se conseguir proporcionar qualidade de vida aos utentes "excluídos" de algumas respostas por falta de transporte adequado.

A dificuldade no acesso ao transporte já elencado em capítulos anteriores é transversal aos diversos domínios e é dificultada pela extensão geográfica e morfológica do território. Esta carência, ao nível dos transportes é também sentida junto dos doentes, que necessitam de recorrer a unidades de saúde sedeadas fora do concelho, para realização de tratamentos e consultas médicas.

Esta preocupação está a ser concertada entre o Município e a Associação de Bombeiros Voluntários de Arouca, no sentido de ser garantido o transporte de doentes não urgentes para consultas, tratamentos e exames complementares de diagnóstico, em situação de carência e cujo transporte não seja abrangido pelo sistema nacional de saúde, nomeadamente portadores de doenças oncológicas e doenças raras (protocolo de colaboração no transporte de doentes para tratamento médico prolongado e frequente).

Relativamente às valências Centro de Dia e SAD- Serviço de Apoio Domiciliário, o concelho, tal como referenciado anteriormente no quadro da página 70 é já assegurado por 4 e 6 instituições respetivamente, sendo a sua distribuição ao nível das diversas freguesias. Temos também indicação, aquando da realização deste diagnóstico de que ainda existem vagas, pelo que poderá ser necessário reforçar ou ajustar cobertura, com resposta transporte, pelas freguesias, não se justificando, para já o aumento da capacidade instalada de resposta.

Ao nível do apoio social foi também elencado a necessidade de apartamento de autonomização. Esta resposta social, desenvolvida em equipamento - apartamento inserido na comunidade local – destina-se a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências

pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais. O concelho não dispõe desta resposta, uma vez que de acordo com fontes institucionais que trabalham esta área, têm procurado solucionar através de recursos próprios, não descurando, no entanto, a candidatura a esta resposta.

Centro de recursos

No que respeita a centro de recursos, a Cruz Vermelha – delegação concelhia dispõe de banco de ajudas técnicas, ao abrigo do qual cede a título de empréstimo equipamentos diversos. Conforme informação recebida desta entidade no 1º sementre de 2014, apoiou 48 situações, que se caraterizam da seguinte forma:

Quadro 46: Caraterização do apoio da Cruz vermelha – banco de ajudas técnicas

FREGUESIA	N.º SITUAÇÕES APOIADAS
Alvarenga	1
União de Freguesias Arouca/Burgo	22
Canelas	1
Chave	4
Escariz	2
Moldes	4
Rossas	1
Santa Eulália	6
Tropeço	5
Várzea	1

Fonte: Cruz Vermelha Portuguesa- delegação concelhia

As instituições de solidariedade social providenciam igualmente respostas, sobretudo em termos de angariação e distribuição de roupas. Outras, ainda têm acordo de cooperação ao nível do Banco alimentar.

Os Bancos Alimentares são Instituições Particulares de Solidariedade Social que lutam contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas. No concelho integram o banco alimentar as seguintes entidades:

Quadro 47: Entidades interlocutores do banco alimentar

FREGUESIA	INSTITUIÇÃO	ÁREA DE INTERVENÇÃO
Alvarenga	Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga	Freguesia de Alvarenga
União de freguesias Arouca Burgo	Centro de Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda	Concelho de Arouca, com exceção de Alvarenga e Burgo
	Centro Social Paroquial São Salvador do Burgo	Freguesia do Burgo

Fonte: Carta Social do Concelho de Arouca

Acresce a esta situação o PCAAC- programa comunitário de ajuda alimentar a carenciados. Trata-se de uma ação anualmente promovida pela Comissão Europeia que adota um plano de atribuição de recursos aos Estados-Membros, para o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da União Europeia. O programa também é distribuído localmente por instituições de solidariedade social e Conferências Vicentinas.

A Câmara Municipal tem ainda em funcionamento, desde 2007 o **Estaleiro Social**, espaço que se destina à recolha de bens e equipamentos através de donativos feito por particulares e empresas. Esses bens são posteriormente encaminhados para reutilização por agregados carenciados.

Nos últimos anos, o Estaleiro Social permitiu apoiar as seguintes situações:

Quadro 48: Apoios Estaleiro Social

Ano Civil	Agregados apoiados
2011	**11 agregados**
2010	26 agregados
2009	12 agregados
2008	12 agregados
2007	7 agregados

Fonte: Via Verde Social/ CMA

Desafios:

- capacitar respostas sociais com serviço de transporte;

- melhorar capacidade de resposta dos bancos de ajudas técnicas e outras estruturas de apoio;

- facilitar à população o conhecimento das respostas sociais existentes;

2.8- JUVENTUDE

A juventude foi outra das áreas indicadas pelos parceiros da rede como tendo necessidade de intervenção social, enumerando como problemas a ter em conta:

- ausência de atividades lúdicas,
- o fácil acesso a bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais,
- ausência de treino de competências e formação cívica, psicologia e orientação vocacional
- falta de valorização da escola.

Relativamente à falta de atividades lúdicas de entretenimento, uma das ferramentas passíveis de ser utilizadas e até potenciadas pelos mais jovens são os equipamentos culturais do concelho. Assim, e recorrendo à informação disponibilizada pelo projeto educativo municipal, podemos ver a seguinte informação, "No âmbito dos equipamentos culturais existentes no município, podemos referenciar a Biblioteca Municipal, o Museu Municipal, o Museu de Arte-Sacra, e a Capela da Misericórdia**,** todos situados na vila de Arouca. O município possui ainda equipamentos localizados nas diversas freguesias do concelho, podendo-se destacar a Casa da Cultura de Fermêdo, o Centro de Interpretação Geológica de Canelas e a Casa das Pedras Parideiras.

Os mais jovens referenciam a biblioteca municipal como estando aquém das suas necessidades, devido ao funcionamento desajustado dos seus interesses. Neste espaço disponibilizam-se: serviço de leitura, empréstimo domiciliário, tecnologias de informação e comunicação, reprografia e impressão, serviço de informação à comunidade, serviço educativo, animação cultural e, ainda, promoção da cooperação com outras instituições.

Segue- se o plano de atividades da biblioteca.

Quadro 49: Plano de atividades da biblioteca

Atividade	Tipologia da atividade	Público-alvo
Biblioteca Itinerante – Bibliomóvel e Bibliomala	Promoção do livro e da leitura	Público infantil - JI e 1º CEB
Arouca a Ler+ - sessões de animação à leitura	Promoção do livro e da leitura	Públicos diversos - Estabelecimento de ensino e outras instituições.
Hora do Conto	Promoção do livro e da leitura	Público Infantil.
Visitas guiadas para grupos à Biblioteca Municipal, com animação à leitura	Promoção do livro e da leitura – formação de utilizadores	Públicos diversos.
Dia mundial do livro e do direito de autor	Promoção do livro e da leitura	Públicos diversos.
Dia Mundial da Poesia	Promoção do livro e da leitura	Comunidade Escolar
Dia Internacional do Livro	Promoção do livro e da leitura	Público Infantil.

Infantil		
Férias da Páscoa na Biblioteca	Promoção do livro, da leitura e de atividades culturais diversificadas – ateliês de decoração de ovos, peddy paper, jogos	Público infantil
Exposições culturais	Atividades culturais	Públicos diversos.
Estafeta da Leitura	Promoção do livro e da leitura – escolha de um livro cuja leitura é dinamizada em diferentes contextos	Públicos diversos – diferentes tipos de instituições, IPSS´s
Férias de Verão	Promoção do livro, da leitura e de atividades culturais diversificadas – dança, música, teatro, jogos tradicionais, fotografia.	Público infanto-juvenil

Quadro 63: Atividades socioeducativas desenvolvidas pela Biblioteca Municipal de Arouca.

As atividades previstas pela biblioteca não contempla atividades especificas para jovens, estes terão de se incluir em ações de âmbito geral.

A aproximação dos jovens ao desporto poderá ser uma ferramenta a potenciar. Ao longo dos últimos anos, o município tem investido na construção de diversos equipamentos desportivos, com o objetivo de proporcionar a esta população infra-estruturas de apoio à prática desportiva e à adoção de um estilo de vida saudável. No que diz respeito aos equipamentos desportivos, o município conta com diversos equipamentos distribuídos pelas várias freguesias, como é possível verificar no quadro seguinte:

Quadro 50: Equipamentos desportivos por freguesia

Freguesias	Equipamentos
Alvarenga	4
Arouca e Burgo	12
Cabreiros e Albergaria da Serra	2
Canelas e Espiunca	6
Chave	3
Covêlo de Paivô e Janarde	2
Escariz	5
Fermêdo	7
Moldes	2
Mansores	4
Rossas	4
Santa Eulália	4
São Miguel do Mato	2
Tropeço	2
Urrô	2
Várzea	1

Quadro 66: Distribuição dos Equipamentos desportivos por freguesia do município.

Todos os anos, os serviços de Desporto, da Câmara Municipal, elaboram um plano de ação onde são contempladas atividades. A proposta para o ano de 2014, é seguinte:

Quadro 51: Plano de atividade – serviços de desporto

Ações	Atividades	Entidade Promotora	Público-Alvo	Local
Brincaténis	Brincar para promover o ténis	CJSA/CMA	Até aos 18 anos	Complexo Desportivo Municipal
Maio Mês do Coração	Hidrofamília	CMA	População em geral	Piscinas Municipais
	Caminhadas com Saúde	CMA	População em geral	Concentração: Praça (ruas da Vila e imediações)
	Academia ao ar livre (aerodance/dance kids/yoga)	CMA	População em geral	Parque da Vila
	Atividade física na pré	CMA	População pré-escolar	Jardins de Infância do concelho
	Torneio de Boccia	CMA	População portadora de deficiência/população idosa	Pavilhão Desportivo de Arouca
	Gincana Bike	CJSA/CMA	Crianças e Jovens	Parque Milénio
IV Torneio 1ª Braçada	Prova Oficial de Natação	CJSA/CMA	Atletas	Complexo Desportivo Municipal
VI Torneio Veterano de Ténis	Torneio de Ténis Federado	CJSA/CMA	Atletas	Complexo Desportivo Municipal
Campo de Férias	Campo de Férias	CJSA/CMA	Crianças e jovens até aos 16 anos	Arouca
Encerramento do ano Letivo	Atividades Lúdicas e Desportivas	CMA	Utentes do complexo desportivo/familiares	Complexo Desportivo Municipal
Noites de Verão	29º Torneio Inter-Freguesias de Futebol Infantil/Juvenil Verão 2014	CJSA/CMA	Crianças e Jovens até aos 14 anos	Complexo Desportivo Municipal
XI Open de Ténis de Arouca	Torneio Social de Ténis	CJSA/CMA	População em geral	Complexo Desportivo Municipal
Colheitas 2014	Torneio Inter-Associações de Jogos Tradicionais	CMA	Associações	Cerca do Mosteiro
V Olimpíadas Séniores	V Olimpíadas Séniores	CMA	População acima dos 55 anos	Pavilhão Desportivo Municipal

Quadro 67: Síntese do Plano de Ação para o Desporto e a Atividade Física.

Deve-se apostar na dinamização dos espaços, potenciando-se dinâmicas locais, para uma utilização eficiente e eficaz dos mesmos e ao mesmo tempo responder, às necessidades dos mais jovens.

A aposta na valorização do património natural, paisagístico e cultural, poderá ser uma resposta. Arouca, devido às características do seu território, tem sido cada vez mais procurada pelos apreciadores de desporto aventura, que encontram uma oferta diversificada para a prática de Kayak, Rafting, Canyoning e escalada. Contudo, o custo inerente a estas atividades não é acessível à maioria dos jovens.

Treino de competências e orientação vocacional

A ausência de competências pessoais e sociais foi assumido pelos parceiros como um fator a trabalhar junto dos jovens.

A metodologia que os especialistas apontam para trabalhar com este grupo etário, sobretudo na prespetiva de os capacitar é o treino de competências pessoais e sociais, aliado à formação cívica. Esta, pode revelar-se frutífera sobretudo em situações específicas como o insucesso escolar, a gravidez precoce, o uso e abuso de substâncias químicas, a delinquência, entre outras áreas ajustadas às diferentes realidades.

A Formação Cívica constitui um espaço privilegiado para a construção da identidade e desenvolvimento da consciência cívica dos jovens, através do diálogo, da discussão e reflexão de temas da atualidade e das experiências e preocupações vividas e sentidas por estes alunos. Para além disso, poderá também fazer a gestão de assuntos ou problemas relativos à turma. A gestão da Formação Cívica é contemplada no plano educativo, sendo assegurada pelo Diretor/a de Turma, tendo em conta o diagnóstico por si efetuado e pelo Conselho de Turma, atendendo às características e interesses dos alunos.

No que concerne ao treino de competências pessoais e sociais, e conforme indicação da escola, não existem planos estruturados, por falta de recursos humanos, porque outras áreas vão sendo privilegiadas e também por condicionamentos externos, como seja o horário dos transportes que não permite que os alunos frequentem estas ações fora do tempo letivo.

Relativamente ao serviço de Psicologia e orientação para jovens, trata-se de um serviço especializado para acompanhar os alunos ao longo do seu percurso escolar. Ambos os agrupamentos têm atendimento de psicologia, onde se procede a atendimento psicológico e orientação vocacional. No caso do agrupamento de escolas de Arouca, no ano letivo 2013/2014, o gabinete de psicologia realizou 226 atendimentos, tendo este sido transversal à totalidade dos alunos do 9º ano, sendo este ano escolar estratégico para escolha vocacional.

Relativamente ao agrupamento de Escariz não recebemos informação em tempo oportuno.

A desvalorização da escola foi também elencada como problemática. A falta de interesse pelo ensino, de acordo com fonte escolar, é algo que tem que ser trabalhado numa prespetiva abrangente, com destaque para o envolvimento dos pais. A importância da escola e à escola tem que ser igualmente atribuída em casa.

De acordo com informação do projeto educativo municipal, **o abandono escolar** caracteriza-se pela saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários da lei. De acordo com o mesmo documento, o abandono deve ser considerado ao nível do ensino secundário e nos cursos de educação e formação, uma vez que nos outros níveis de ensino este fenómeno é apenas residual. No ano letivo 2012/2013, apenas o Agrupamento de Escariz registou duas situações de abandono, no ensino básico, mais concretamente no 1º CEB.

Relativamente ao abandono no Ensino Secundário e nos Cursos de Educação e Formação segue-se os dados segundo o sexo, nos últimos anos letivos.

Alunos matriculados e retidos por insucesso, por ciclo de ensino, nos anos letivos 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012 e 2013/2013.

Quadro 52: alunos matriculados e retidos p insucesso

Agrupamento	Ano letivo	Matriculados		Retidos por abandono		
		Masculinos	Femininos	Masculinos	Femininos	Total
Agrupamento de Escolas de Arouca	2009-2010	1239	1152	2	3	5
	2010-2011	1140	1128	10	8	18
	2011-2012	1170	1148	6	3	9
	2012-2013	1149	1138	17	4	21
Agrupamento de Escolas de Escariz	2009-2010	353	352	0	0	0
	2010-2011	320	331	0	0	0
	2011-2012	314	319	0	0	0
	2012-2013	314	324	0	0	0
Município de Arouca	2009-2010	1592	1504	2	3	5
	2010-2011	1460	1459	10	8	18
	2011-2012	1484	1467	6	3	9
	2012-2013	1463	1462	17	4	21

Fonte: projeto educativo municipal

De acordo com o quadro anterior, no ano letivo 2012/2013, registaram-se no concelho 21 situações de retenção por motivo de insucesso escolar. De registar que nos anos letivos referenciados não há qualquer registo por parte do agrupamento de Escariz, todas as sinalizações pertencem ao agrupamento de Arouca.

De seguida, podemos observar o abandono escolar verificado no Ensino Secundário. Assim, assistimos ao seu aumento, no Ensino Profissional, no ano letivo 2010-2011, o qual tem vido a diminuir ao longo dos últimos dois anos letivos.

Quadro 53: Alunos matriculados e alunos em situação de abandono, em percentagem, nos Cursos Científico-Humanísticos e nos Cursos Profissionais.

Agrupamento	Ano letivo	Matriculados		Em situação de abandono (em percentagem)	
		C. Cient.-Hum.	Ensino Prof.	C. Cient.-Hum.	Ensino Prof.
Agrupamento de Escolas de Arouca	2009-2010	342	219	2,3%	4,6%
	2010-2011	328	246	0,3%	11%
	2011-2012	375	169	2,1%	6,3%
	2012-2013	373	226	1,3%	6,2%

Fonte: Projeto educativo municipal

O abandono escolar, no ensino secundário, tal como já referenciado tem-se revelado mais preocupante ao nível do Ensino Profissional. Situação que poderá estar relacionada com a área de formação, em que alguns alunos são encaminhados para cursos profissionais para os quais não estão muito vocacionados, pelo que abandonam o referido curso (PEM/2013).

Na análise do abandono, por idades, verificamos que a maior parte dos alunos abandona a escola aos 17 anos.

O abandono escolar nos CEF's, é bastante reduzido, embora tenha aumentado nos últimos anos letivos, verificando-se apenas um aluno em 2009/2010 e dois alunos em 2011/2012 abandonaram estes cursos. No ano letivo 2012/2013 assistimos a maior número de desistências, 6, todas de alunos com 18 anos.

Quadro 54: Número de alunos em abandono escolar nos Cursos de Educação e Formação, por idades.

Número de alunos em abandono escolar nos CEF's															
15 anos				16 anos				17 anos				18 anos			
2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
		1		1						1	2				6

Fonte: projeto educativo municipal

Relativamente ao **absentismo escolar,** este refere-se à ausência não justificada dos alunos à escola. No que respeita a informações sobre este assunto apenas dispomos de dados fornecidos pela CPCJ que dão nota das seguintes sinalizações, rececionadas dos estabelecimentos de ensino:

Janeiro a Dezembro de 2012: 2 sinalizações;

Janeiro a Junho de 2013: 4 sinalizações;

A falta de valorização da escola reflete-se no abandono, no absentismo e retenção dos alunos, refletindo-se igualmente na falta de participação dos pais nas questões letivas. Sendo a questão da valorização da escola algo que deve ser trabalhada de forma sistémica com a família.

Para melhor perceber esta realidade solicitamos às escolas dados acerca da participação dos pais nas atividades letivas, mas não recebemos qualquer informação.

Desafios:

- ausência de atividades lúdicas para jovens;

- ausência de treino de competências, psicologia e orientação para jovens;

- falta de valorização da escola;

2.9- REDE SOCIAL

A rede social de Arouca constituiu o CLAS- Conselho Local de Ação Social, em 31 de Maio de 2005. Actualmente conta com 40 parceiros. O órgão operativo é o Núcleo Executivo, um grupo de trabalho restrito, constituído pelas seguintes entidades:

Câmara Municipal,

Segurança Social,

representante do ACES Feira/ Arouca,

representante das IPSS`S,

representante das ADL´s e

representante dos agrupamentos de escolas.

A metodologia de trabalho inerente ao projeto Rede Social, passa pela elaboração de documentos de diagnóstico, sendo este, o 3º. Seguir-se-á o plano de desenvolvimento social e respectivo plano de ação, onde serão elencadas propostas de intervenção com o intuito de erradicar ou pelo menos atenuar os problemas diagnosticados.

Contudo, o trabalho em rede nem sempre é fácil. A partilha e a articulação carecem de ser aperfeiçoadas. Ao longo da elaboração deste documento procuramos envolver os diferentes parceiros, promovendo metodologias de trabalho partilhadas, o que nem sempre foi fácil. A primeira dificuldade inicia-se com a necessidade de se imprimir a devida importância aos documentos de diagnóstico do território, devendo estes ser encarados como a base do percurso da rede social e a partir do qual se irá planear e estruturar acções de desenvolvimento social. Por outro lado, verificamos também dificuldade em conseguir definir problemáticas comuns o que podemos constatar aquando da definição dos problemas concelhios. A diversidade elencada teve que ser posteriormente trabalhada em sede de núcleo executivo, com o intuito de agrupar em grandes problemáticas. Por último, identificamos a dificuldade de implementar, em sede de plano de ação, projetos de intervenção social inovadores e uma dinâmica de ação empreendedora, assentes numa estratégia de intervenção articulada e estruturada, com base em recursos partilhados pelos diferentes parceiros, não sendo alheio a falta de recursos humanos e financeiros.

A par das dificuldades sentidas pelos elementos do núcleo executivo, os parceiros deram nota da necessidade de proceder a intervenções de promoção das IPSS´s junto da comunidade, enaltecendo as respostas sociais promovidas por estas estruturas, bem como trabalhar a questão das famílias multi- assistidas e melhorar a articulação interinstitucional.

Relativamente a estas áreas, os progressos têm sido notórios. A intervenção social concelhia tem sido realizada com apoio das IPSS´s locais que estruturam devidamente a intervenção social evitando sobreposições. Essa lógica de intervenção foi desde sempre algo inerente ao trabalho social desenvolvido no concelho, tendo sido intensificado e potenciado pelo programa rede social. Urge, no entanto, potenciar mais a articulação interinstitucional, ou seja colocar em prática efetiva um dos princípios subjacentes ao programa Rede Social: articular a intervenção social dos diferentes parceiros com atividade no território numa parceria efetiva e dinâmica, criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer um espaço comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.
Esta parceria, em torno de objetivos comuns, pressupõe:

- definir o objeto da colaboração e equacionar em conjunto o contributo de cada parceiro;
- definir ações concretas, que permitam ajustar os diferentes modos de intervenção;
- proporcionar uma aprendizagem de cooperação, co-responsabilizar os parceiros envolvidos no desenvolvimento do conjunto das ações, através da definição pelos vários agentes de uma estratégia comum.

O objetivo é que as parcerias funcionem de uma forma simples e desburocratizada, que facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas.

Desafios:

- melhorar a partilha e articulação entre parceiros

- criar projetos de intervenção social

- potenciar parcerias.

CONCLUSÃO

A construção deste diagnóstico social resultou de um trabalho de parceria, tendo por finalidade o conhecimento e a intervenção em prol do desenvolvimento social concelhio.

Este documento permite-nos fazer uma leitura social do município, dando nota dos problemas que afetam a comunidade local, bem como elencar potencialidades e recursos locais.
Pretende-se que este diagnóstico seja o ponto de partida para o plano de desenvolvimento social, numa prespetiva de planeamento de intervenção.

A recolha de informação e elaboração deste retrato social concelhio contou com a participação dos diversos parceiros, cujas informações estiveram na base da identificação dos problemas mais prementes, bem como indicação de possíveis mecanismos a mobilizar para se melhorar o desenvolvimento social do território. Foi igualmente com a contribuição dos parceiros que se estabeleceu as áreas prioritárias de intervenção.

Feito o diagnóstico é-nos agora lançado o desafio de dar continuidade à implementação do projeto Rede Social no concelho criando projetos/ respostas que propiciem a integração social, sempre com o objetivo último de minorar ou até combater as vulnerabilidades sociais.

BIBLIOGRAFIA

Retrato social do EDV

Diagnostico social

Projeto educativo municipal – versão preliminar

Plano diretor municipal/2011

Edv- estratégia 2020

Carta social

Censos 2011

Anuário estatístico

www.ine.pt

seg-social.pt